

Acção Socialista



Nº 1268 12 Setembro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

CONGRESSO NACIONAL DO PS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO

REGULAMENTO E REGIMENTO EM DESTACÁVEL NESTA EDIÇÃO



Vieira da Silva em entrevista ao "Acção Socialista"

6

"A economia portuguesa está a criar emprego"

"Criados 50 mil postos de trabalho no último ano"

"As pensões vão continuar a crescer"



NOVAS FRONTEIRAS Em 2006 não haverá Orçamento Rectificativo

Página 4

EDITORIAL



JORGE SEGURO
SANCHES
Director

O rumo do PS

No passado sábado, o secretário-geral do PS, José Sócrates, garantiu, na abertura do Fórum Novas Fronteiras no Porto, de que não haverá, considerando os dados disponíveis, Orçamento de Estado rectificativo.

A boa notícia surge para o nosso país com mais de três meses de antecedência em relação ao final do ano, um facto claramente indicador do rigor e da correcção que foram colocados na elaboração do Orçamento de Estado para o corrente ano. Mais: é também a evidência de que mais do que rigoroso a orçamentar, o Governo do PS é exemplar a executar aquilo que planeia e com que se compromete com os portugueses.

Este dado é tão mais importante quando todos sabemos que o Orçamento do presente ano cortou a prática reiterada e assumida dos últimos anos de desorçamentação, de suborçamentação, de receitas extraordinárias e de venda de património.

Este facto, visto quase como uma novidade na cena política portuguesa, corresponde à normali-

Tudo indica assim que 2006 será o primeiro ano, desde 2003, em que não será necessária a apresentação e aprovação de um Orçamento suplementar, e em que as metas definidas serão atingidas de uma forma transparente, sem truques

dade com que o PS e o Governo têm liderado os destinos do nosso país. Onde antes era instabilidade, desconfiança na economia e adiamento das decisões difíceis, hoje sabemos que contamos não só com estabilidade e confiança como com regularidade no funcionamento do Governo e das instituições.

Tudo indica assim que 2006 será o primeiro ano, desde 2003, em que não será necessária a apresentação e aprovação de um Orçamento suplementar, e em que as metas definidas – nomeadamente quanto ao défice – serão atingidas de uma forma transparente, sem truques e, acima de tudo, de uma forma que honra o sentido

de Estado com que o PS tem actuado no Governo e no Parlamento.

Mas 2006 é também o ano em que sabemos que no último ano foram criados em Portugal mais 50 mil postos de trabalho que contribuirão para uma saudada descida da taxa de desemprego em Portugal.

Em simultâneo, os dados divulgados pelo INE, nos últimos dias, são indicativos de que o crescimento da economia portuguesa vai ultrapassar claramente as previsões feitas pela generalidade das organizações nacionais e internacionais. A boa notícia é complementada pela nota de que tal facto se deve, em grande parte, ao desempenho das exportações portuguesas!

Controlo das despesas públicas, diminuição do desemprego e um crescimento acima do esperado da economia portuguesa são seguramente mais do que boas notícias que José Sócrates vai levar ao próximo Congresso de PS de Novembro, certas de que estamos no rumo do PS: modernizar Portugal.

PS e PSD assinam acordo na área da Justiça

O ACORDO parlamentar na área da Justiça reflecte bem a abertura do PS a uma nova maneira de fazer política, apesar de ter uma maioria absoluta na Assembleia da República. O acordo foi assinado, no passado dia 7 de Junho no salão nobre de S. Bento, entre os líderes das bancadas do PS e do PSD, Alberto Martins e Marques Guedes.

Este acordo de incidência parlamentar reflecte, como frisou o primeiro-ministro José Sócrates, numa declaração na residência oficial de S. Bento após a assinatura, que as reformas inscritas no programa do Governo estão a ser concretizadas.

Para Sócrates, trata-se de um acordo muito importante porque as propostas de lei que vão ser apresentadas pelo Governo na Assembleia da República dizem respeito às questões basilares do Estado de Direito, matérias, como defendeu, “que dizem respeito às questões penais, à organização judiciária e até ao estatuto dos magistrados”, tudo áreas que “estão no cerne do Estado de Direito”.

Mostrando-se muito satisfeito com a assinatura deste acordo, o primeiro-ministro acrescentou ainda que o tema justificava que tivesse havido, como houve, “um apoio muito alargado a uma reforma com esta envergadura”.

José Sócrates na declaração conjunta com Marques Mendes destacou ainda o papel do ministro da Justiça, Alberto Costa, “afinal de contas aquele que despoletou todo este movimento para que o apoio parlamentar pudesse ser mais vasto do que a maioria do PS”.

De facto, como recordou, foi com base nas propostas elaboradas no Ministério da Justiça e discutidas com os diferentes partidos “que foi possível iniciar o caminho que termina com este entendimento”.

Se para Marques Mendes se tratou de um acordo histórico, “celebrado pela primeira vez na história da nossa democracia”, para José Sócrates este entendimento entre os dois maiores partidos portugueses reflecte a abertura da maioria socialista a uma nova maneira de fazer política.

Entre as matérias abrangidas pelo acordo estão as revisões dos códigos Penal e de Processo Penal, bem como um conjunto de propostas que o Governo se comprometeu a apresentar num prazo limite de 180 dias.

Com efeito, ficou acordado que num espaço de tempo que mediará entre 90 a 180 dias, o



Executivo de José Sócrates enviará à Assembleia da República propostas de lei em matérias como o sistema de execução de penas, mapa judiciário, acção executiva, acesso à magistratura, formação de magistrados, acesso ao direito e aos tribunais e custas processuais.

Acordado ficou igualmente que os grupos parlamentares do Partido Socialista e do PSD votem favoravelmente, na generalidade, as iniciativas legislativas relativas à revisão dos Códigos Penal e do Processo Penal, assim como os novos mecanismos de acesso à magistratura, o estatuto dos magistrados judiciais e do Ministério Público e ainda a autonomia do Conselho Superior da Magistratura.

Não há democracia sem uma Justiça forte

No documento assinado pelos dois líderes parlamentares, refere-se, nomeadamente, que o êxito da reforma da Justiça é fundamental para o desenvolvimento do país. De facto, como também ali é referido, para se poder concretizar este objectivo, é importante que as leis que a Assembleia da República venha a aprovar neste domínio disponham de um apoio mais amplo do que uma maioria de Governo.

Na opinião do primeiro-ministro, o acordo estabelecido “torna possível a desejável estabilidade de opções legislativas” que pretendem ser estruturantes e cujos resultados só se consoli-

dam para lá do âmbito de uma legislatura.

Ficou também previsto que, em sede de especialidade, nos casos em que sobre a mesma matéria exista mais do que uma iniciativa legislativa, os dois grupos parlamentares subscreverão propostas comuns de substituição, concretizando os princípios e as soluções estabelecidas no acordo.

O documento agora assinado entre o Partido Socialista e o PSD estipula um calendário para aprovação das iniciativas legislativas relativas a todas as matérias.

Segundo Alberto Martins, depois de sublinhar que o ponto de partida político do acordo é o próprio Programa de Governo do Executivo socialista, importa recordar contudo, como afirmou, que a opção do PS sempre foi pela via do

diálogo criativo e consistente, apesar “da maioria absoluta que permitiria ao partido concretizar sozinho esta reforma”.

O líder da bancada socialista lembrou que o acordo na área da Justiça entre os dois partidos foi alcançado através de “uma arbitragem de pontos de colisão” em todas as matérias em que se verificava uma divergência de posição com algum significado quer para o PS quer para o PSD.

“Sendo um ponto de partida”, adiantou Alberto Martins, o acordo agora estabelecido é sobretudo um instrumento de trabalho e uma base de construção estruturante, “mantendo toda a abertura para que outros, no âmbito parlamentar, possam também dar o seu contributo”.

Na opinião do líder parlamentar socialista, trata-se de um bom acordo, quer para os portugueses, quer para a própria justiça portuguesa.

Soluções devem ultrapassar legislaturas

Para o ministro da Justiça, Alberto Costa, o sector precisa de soluções que não fiquem ao sabor das sucessivas legislaturas ou dos sucessivos Governos.

Na sua perspectiva, este acordo político-parlamentar resulta do “impulso reformista do Governo”, mas também da necessidade de “alargar o apoio político a um conjunto de processos que seja capazes de sobreviver a uma legislatura”.

Finalmente para o primeiro-ministro, e depois de saudar este acordo, salientou que ele reflecte as “reformas inscritas no programa do Governo” fazendo a propósito um apelo “à adesão de outros partidos a este pacto”.

Para José Sócrates, trata-se de um passo muito importante porque as propostas que vão ser apresentadas pelo grupo parlamentar do PS “dizem respeito às questões emblemáticas e básicas do estado de Direito”.

O êxito desta reforma é fundamental para o desenvolvimento do país. Mas para se poder concretizar esse objectivo é importante que as leis que a Assembleia da República venha a aprovar neste domínio disponham de um apoio mais amplo do que uma maioria de governo, facto que estará garantido com a assinatura deste acordo na área da Justiça. R.S.A.

ALTERAÇÕES APROVADAS

- Revisão do Código Penal
- Revisão do Código do Processo Penal
- Mediação Penal
- Reforma dos Recursos Cíveis
- Acção Executiva
- Revisão do Mapa Judiciário
- Acesso à Magistratura
- Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público
- Autonomia do Conselho Superior de Magistratura

Um Congresso para o País

JOSÉ SÓCRATES

1. Tempo de Congresso do PS

Vou propor à Comissão Nacional do Partido Socialista que o próximo Congresso do PS se realize nos dias 10, 11 e 12 de Novembro, dois anos depois do Congresso anterior e, portanto, num calendário de perfeita normalidade face ao que está previsto nos estatutos. É importante que seja assim. Importa, na verdade, que o PS, sobretudo com as responsabilidades que tem na governação, saiba ser uma força política estável e de confiança. Mas o momento chegou. Agora sim, é tempo de preparar este Congresso.

Tenho a certeza de que o PS que parte para este Congresso é um PS bem consciente das suas responsabilidades. Por vontade maioritária dos portugueses, o PS tem hoje nas suas mãos os enormes desafios do presente e do futuro da sociedade portuguesa. E é esse PS, o PS depositário da confiança e da esperança de tantos dos nossos concidadãos, que se vai reunir em Congresso.

Os portugueses, sabemo-lo todos, têm os olhos postos no Partido Socialista. Portugal tem no PS o partido político que pegou num País desanimado e em crise e começou a enfrentar os problemas, com coragem e com determinação, fazendo prevalecer o interesse geral sobre os interesses particulares e corporativos que durante tanto tempo bloquearam as mudanças necessárias. Em menos de ano e meio, o PS deu um rumo à governação, lançou reformas há muito adiadas e impulsionou múltiplos processos de modernização na economia e no Estado. Apesar de todas as dificuldades e resistências, o Governo do PS foi capaz de iniciar um processo sério de consolidação das contas públicas e de, simultaneamente, começar a dar a volta à economia, recolocando-a numa trajectória de crescimento (assente, fundamentalmente, nas exportações) e de criação de emprego. Fiel aos seus valores de sempre, o PS relançou as políticas sociais e o combate à pobreza, sobretudo entre os idosos, retomando o investimento nestas áreas, para uma sociedade mais justa e com mais atenção a quem mais precisa.

Por tudo isto, o PS que se reúne no Congresso de Novembro é, certamente, um PS seguro do trabalho feito – mas não pode deixar de ser, sobretudo, uma força política responsável que sabe que tem ainda pela frente muito trabalho e mais de metade da

2. Um Congresso virado para o País e para o futuro

Conscientes, como estamos, das nossas responsabilidades e da expectativa dos portugueses, não podíamos fazer, como outros, um Congresso virado para dentro, entretido a discutir estatutos, questões organizativas ou problemas administrativos! Não, o Congresso do PS não pode ser, e não será, um intervalo no nosso combate político pela resolução dos problemas do País, em fidelidade ao compromisso que assumimos com os portugueses. Pelo contrário, é importante que o Congresso seja, isso sim, um espaço livre de debate, de aprofundamento e de afirmação da agenda modernizadora e reformista do PS para o futuro de Portugal. Por isso, a moção de estratégia que apresentarei ao Congresso, e que orientará a minha recandidatura ao cargo de secretário-geral, terá como título: “O Rumo do PS: Modernizar Portugal”.

Lamento, pois, desiludir, mais uma vez, os

nossos adversários políticos e a habitual agenda de intriga: o PS saberá estar à altura das suas responsabilidades. É o País que vai continuar a estar no centro das nossas atenções.

Discutir a resolução dos problemas do País é, seguramente, falar mais do futuro do que do passado. E é, sobretudo, não passar ao lado dos temas que são verdadeiramente importantes: a estratégia de desenvolvimento que deve nortear o novo período de programação dos fundos comunitários, de 2007 a 2013; a reforma da administração pública que temos de prosseguir, em busca da eficiência e da qualificação dos serviços públicos, da racionalização das estruturas e dos recursos, da simplificação dos procedimentos e da descentralização; os caminhos da equidade e da sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social, em defesa do nosso modelo social e das responsabilidades que temos para com as gerações futuras; a modernização da economia e o reforço da sua

tradição do PS, que se tem constituído como a força mais inovadora da vida política portuguesa. Basta recordar o passado recente: lançamos o diálogo regular e institucionalizado com a sociedade civil, primeiro através dos Estados Gerais e agora através da dinâmica das Novas Fronteiras, que permanece bem viva e actuante; fomos os primeiros a aplicar quotas de representação mínima de género nos órgãos internos e nas listas eleitorais, promovendo uma enorme evolução na participação das mulheres na vida política; fomos os primeiros a eleger directamente o secretário-geral e os presidentes das federações distritais, valorizando a participação democrática dos militantes; fomos os primeiros a impedir a acumulação de mandatos executivos e a estabelecer o princípio da limitação dos respectivos mandatos, em defesa da renovação política; fomos, enfim, os primeiros a prever formas inovadoras de activismo e organização partidária, designadamente através de secções

que, neste momento, devo dar um sinal claro de que valorizo o papel do Partido Socialista como protagonista fundamental da maioria absoluta que apoia o Governo. E vejo as coisas assim: não há um PS no Governo e outro fora. Há um único PS que sabe que a sua principal tarefa perante os portugueses é governar - e governar bem. E não me resigno à ideia, aliás perigosa, de que quando se está no Governo não se tem tempo para o partido. Pelo contrário, é meu dever ter tempo também para o partido que me elegeu. É por isso que dirijo semanalmente, há meses, as reuniões do Secretariado, tal como me proponho continuar a fazer, sem prejuízo da assumpção de responsabilidades por todos os membros da direcção que vier a ser eleita no Congresso, de modo a garantir a plena operacionalidade do partido.

Em terceiro lugar, proponho um investimento acrescido do Partido Socialista nas dinâmicas políticas dirigidas aos jovens e à



competividade para uma dinâmica de maior crescimento e criação de emprego, assente numa verdadeira ofensiva pela qualificação dos recursos humanos; as novas respostas que se impõem no plano das políticas sociais, face aos novos problemas na vida das pessoas e das famílias numa sociedade em mudança; o futuro da Europa, a nossa presidência em 2007 e o papel de Portugal num mundo que precisa de encontrar novos equilíbrios e novos caminhos para a paz.

Um Congresso, portanto, virado para o País. Um Congresso virado para o futuro. É esta a responsabilidade do PS.

3. Um Congresso para a modernização do PS

O facto de centrarmos as nossas atenções na resolução dos problemas do País não quer dizer, naturalmente, que o Congresso não possa, ou não deva, ser também uma oportunidade para discutir aspectos do funcionamento do partido. No PS, aliás, nunca houve temas tabu – e não é agora que vai haver.

Pela minha parte, espero que o Congresso, sem confundir as suas prioridades, não deixe de dar um novo impulso ao processo de modernização do Partido Socialista. Essa é, aliás, a

temáticas, cibersecções e clubes, numa permanente adequação às novas realidades sociais e tecnológicas.

No que diz respeito ao funcionamento do PS, proporei ao Congresso três ideias.

Em primeiro lugar, preconizo uma reforma das Fundações ligadas ao partido. É tempo de extinguir as estruturas existentes e fazer surgir, em seu lugar, um verdadeiro instituto de estudo das políticas públicas, assente num núcleo profissionalizado mas aberto à participação cívica dos interessados, que se constitua como um “think tank” capaz de manter uma dinâmica qualificada de análise, debate e preparação de propostas políticas. Dizem, eu sei, que só se estudam propostas quando se está na oposição. Permito-me discordar. A responsabilidade governativa só justifica um maior investimento nesta área.

Em segundo lugar, defendo a extinção da chamada comissão permanente. Como é sabido, a comissão permanente é uma estrutura sem existência estatutária, que corresponde apenas a um modo de funcionamento restrito do Secretariado a que por vezes se recorre quando muitos dos seus membros, a começar pelo secretário-geral, estão envolvidos em tarefas governativas. Pela minha parte, entendo

formação de novos quadros políticos. Trata-se aqui, sobretudo, de garantir que o PS se constitui como uma força política atractiva à participação dos quadros jovens e como espaço aberto a uma faixa etária onde vai prevalecendo o distanciamento face à política. Se o conseguirmos fazer, de forma sustentada, daremos certamente um grande contributo para a renovação e modernização do PS, mas também para o enriquecimento da nossa democracia.

4. Um Congresso participado para um PS mais forte

No seu último Congresso, o PS deu ao País uma importante lição democrática e fez, de forma livre e clara, as suas escolhas como partido de esquerda moderna. Não há hoje, no PS, um problema de identidade, nem de definição doutrinária ou ideológica. Mas no PS, como partido da liberdade, o debate político está sempre em aberto. Convoco, pois, todos os militantes e simpatizantes do PS para que façamos deste Congresso um Congresso participado, para um PS mais forte que nos afirme como a força de mudança e de modernidade de que o País precisa.

ARTIGO PUBLICADO NO EXPRESSO EM 2/9/2006

Sócrates recusa da Segura

O PS não pactuará com propostas para a reforma da Segurança Social que passem pela privatização do sistema. Esta foi a garantia deixada pelo nosso líder, José Sócrates, no dia 9, no Porto, na abertura do Fórum das Novas Fronteiras, onde também destacou a evolução positiva de vários indicadores económicos, o regresso de um clima de confiança, a derrota do pessimismo e reiterou o rumo traçado há ano e meio para a modernização do país, no âmbito da agenda reformista que o Governo tem vindo a prosseguir.

MARY RODRIGUES

AS BOAS notícias na área económica marcaram a intervenção do secretário-geral do PS que, citando dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos ao crescimento do país durante o segundo trimestre deste ano, sublinhou a variação positiva de 0,9 por cento como tendo não só superado as expectativas, mas também quase triplicado o número que muitos previam.

Depois de classificar esta evolução do crescimento como “virtuosa”, por estar a ser “impulsionada pelo dinamismo das exportações”, Sócrates sublinhou que “a economia portuguesa cresceu finalmente ao mesmo ritmo da média europeia” e que “os dados confirmam que a confiança dos consumidores e agentes económicos está a subir continuamente desde Setembro de 2005”.

Também as novidades no mercado de emprego são positivas e inéditas. O líder socialista e primeiro-ministro apontou que, segundo o INE, neste último ano (de Junho de 2005 a Junho de 2006), a economia nacional criou, em termos líquidos, 48 mil novos empregos e que a taxa de desemprego caiu sete décimas (de 8 para 7,3 por cento), em apenas seis meses.

No plano do combate ao défice também há novidades que Sócrates fez questão de assinalar: a despesa do Estado diminuiu em termos reais face ao mesmo período do ano anterior e as despesas públicas com pessoal também desceram 1,3 por cento.

“Estou hoje, portanto, em melhores condições de assegurar que o défice orçamental não será este ano superior a 4,6 e que o compromisso do Governo será cumprido”, afirmou, categórico, o primeiro-ministro, perante centenas de pessoas reunidas na Alfândega do Porto, deixando ainda a garantia de que em 2006 não vai haver orçamento rectificativo.

“Quem vai precisar de rectificar as suas previsões – e muito – é a oposição que temos à esquerda e

à direita”, disse, acusando as vozes críticas e pessimistas dos adversários políticos do PS de andarem sempre “um passo atrás da realidade”.

“Acho que, para acompanhar a velocidade com que muda o discurso da oposição, não é preciso pensar em grande, mas sim depressa, a correr, porque eles mudam de ideias mais rápido do que a própria sombra”, ironizou.

Governo vai prosseguir rumo reformista

No capítulo das reformas, o líder do PS venceu que “todos os dados económicos mostram que o rumo da política macroeconómica definido pelo Governo para o país está correcto”.

“Tínhamos razão quando dissemos, para surpresa de muitos, que era possível dar resposta, simultaneamente, aos três problemas centrais da economia portuguesa: o do crescimento, o do emprego e o do défice orçamental”, acrescentando que ao Governo que lidera não falta nem ânimo nem coragem para prosseguir o seu rumo reformista.

Neste ponto, Sócrates sublinhou que a reforma da Administração Pública é mesmo para ir até ao fim, deixando claro que ela não se faz contra os funcionários públicos, mas sim a favor da qualidade dos serviços, do prestígio do Estado, do cidadão e dos bons funcionários.

Classificando como “decisiva” a reforma da Segurança Social, o líder socialista advogou a preservação de um sistema “público e universal”.

“O Governo tem as suas propostas e sabe o que quer, mas sabe também aquilo que não quer”, observou, admitindo que está disposto a discutir na Assembleia da República “propostas de última hora” que venham a surgir (numa alusão ao interesse do PSD num acordo com o PS nesta área), desde que “com os números em cima da mesa” e sem equacionar a privatização do sistema.



No que diz respeito à reforma da Justiça, Sócrates saudou o acordo recentemente alcançado com o principal partido da oposição, colocando a tónica na necessidade urgente de passar das palavras aos actos, frisando a propósito que as medidas legislativas já estão calendarizadas.

Com o olhar sempre posto no futuro, José Sócrates falou da batalha fundamental pela qualificação, lembrando que um ano volvido desde o lançamento da iniciativa Novas Oportunidades (inserida no Plano Tecnológico) é hora de traçar novas metas que não se resumam a procurar que todos os jovens completem o ensino secundário, de forma a reduzir as taxas de insucesso e abandono escolar, mas trata-se também e sobretudo de fazer uma ruptura estratégica no sentido de dar uma nova oportunidade de qualificação escolar e profissional a um milhão de portugueses que já se encontram no mercado de trabalho.

Mais selectividade nos apoios financeiros

É, assim, urgente e necessário reforçar as vias profissionalizantes no secundário, valorizar o ensino técnico e profissional, bem como as competências adquiridas ao longo da vida e reconhecer socialmente as diversas aprendizagens.

Apontado o caminho a seguir, José Sócrates sustentou que foi com o objectivo de dar prioridade à qualificação dos recursos humanos que o Governo fez “escolhas claras quanto ao próximo ciclo de fundos comunitários de 2007 a 2013”, apontando para um crescimento

dos financiamentos em domínios como a educação, formação, emprego, coesão social e ciência de mais 1,3 mil milhões de euros.

Mas, avisou Sócrates, na aplicação do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) o Executivo será mais exigente e selectivo.

“Não será financiada qualquer formação para jovens ou adultos que não se integre em percursos de dupla certificação, isto é, que não permitam atingir o 9º ou o 12º ano”, explicou.

A terminar a sua intervenção, o secretário-geral apontou para o papel fundamental que o Fórum das Novas Fronteiras tem desempenhado e continuará a desempenhar enquanto espaço de ideias e ambições inovadoras para o projecto de modernização do país que o Governo está a implementar.

“Foi, afinal, este, desde o início, o espírito das Novas Fronteiras”, lembrou José Sócrates para quem o fórum nunca teve uma motivação eleitoralista e deve continuar a ser um catalizador da energia do espírito criativo e do talento de todos aqueles que estão disponíveis a participar.

“Muitas das medidas e das reformas que já concretizamos nasceram aqui, no Fórum Novas Fronteiras, concluiu.

Ao longo desta edição do Fórum das Novas Fronteiras, as questões do emprego, dos fundos comunitários e da política externa da União Europeia (UE) no actual contexto global foram abordadas em diferentes painéis.

O debate sobre o “Quadro de Referência Estratégico Nacional – Horizonte 2013” foi moderado

pelo professor universitário José Rio Fernandes, tendo como oradores a vice-presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR/Norte) Cristina Azevedo, do presidente da Câmara de Castelo Branco, Joaquim Mourão, e do gestor João Nuno Mendes.

No painel “Emprego: Novas Oportunidades”, moderado pelo presidente da CCDR/Norte, Carlos Lage, intervieram o docente universitário António Figueiredo e do reitor da Universidade do Minho, Guimarães Rodrigues.

Por fim, “O Papel da Europa num Mundo em Mudança” foi discutido num painel onde o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto foi moderador e a jornalista Teresa de Sousa e o professor universitário Álvaro Vasconcelos foram os oradores convidados (*ver caixas sobre as ideias centrais discutidas nos painéis temáticos*).

Uma pequena revolução política

Na sessão de encerramento do Fórum das Novas Fronteiras, o seu coordenador, camarada António Vitorino, defendeu que o Governo deve tentar um acordo para a aprovação do Tratado Constitucional Europeu na sua presidência da União, no segundo semestre de 2007.

O ex-comissário europeu reconheceu que se trata de uma tarefa muito difícil, que “depende em parte dos resultados das eleições francesas e holandesas”, os únicos países que votaram contra o tratado.

Vitorino afirmou igualmente que o Executivo português deverá

sa privatização nça Social

desenvolver todos os esforços no sentido de conciliar posições entre os 16 países que ratificaram o tratado, os dois que o reprovaram e os restantes, como Portugal, que aguardam uma clarificação.

Para o deputado do PS, Portugal deve também aproveitar a presidência da UE para “dar grande visibilidade” à inovação e competitividade, dois temas marcantes da Agenda de Lisboa.

O coordenador do Fórum deu o seu “apoio inequívoco” à decisão do Governo português de participar na força internacional de manutenção da paz no Líbano, criticando a “retórica excessivamente anti-americana” dos opositores a esta participação.

Na opinião de António Vitorino, a participação do nosso país na missão no Líbano é importante, não só pela afirmação de Portugal na Europa, mas também na estratégia de cooperação política com os países árabes do Mediterrâneo.

A terminar, Vitorino sublinhou que a presidência portuguesa da UE será “um momento privilegiado para demonstrar o valor acrescentado que o nosso país constitui para a Europa, nomeadamente pela nossa relação preferencial com África”.

O Fórum Novas Fronteiras foi encerrado pelo constitucionalista Vital Moreira, em substituição de Gomes Canotilho, que não pôde participar devido a um ligeiro problema de saúde.

Vital Moreira elogiou os “notáveis resultados” obtidos durante o primeiro ano e meio de governação socialista, sublinhando que “as perspectivas foram cumpridas e, em muitos aspectos, ultrapassadas”.

“Tudo isto feito num momento extremamente difícil e com duas derrotas eleitorais pelo meio”, recordou, acrescentando: “Sem exagero, podemos dizer que estamos a fazer uma pequena revolução política”.

A terminar, Vital Moreira fez questão de sublinhar que “os resultados são bons, mas as metas estão ainda longínquas”.

Assim, após o elencar das marcas socialistas no projecto reformista do Governo e de reiterar que um partido de esquerda moderna pode governar bem sem ser à direita, Vital Moreira avançou cinco tópicos que, no seu entender, o Executivo de Sócrates não deverá descuidar. São eles a continuação da reforma do Estado, a reforma do sistema eleitoral da Assembleia da República, a ligação do ensino superior e da investigação com o crescimento, o desenvolvimento regional e coesão territorial e ainda a reforma do Ensino Superior.

O “EXEMPLO EUROPEU”

O projecto europeu atravessa um momento de crise constitucional e essa situação também se tem reflectido na sua actuação no contexto mundial, onde não tem conseguido assumir um protagonismo efectivo na gestão e resolução de crises como a do Iraque e mais recentemente, do Líbano.

Foi esta a questão central debatida no painel temático “O Papel da Europa Num Mundo em Mudança”, moderado pelo eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, onde Teresa de Sousa (jornalista) e Álvaro Vasconcelos (professor universitário) confrontaram as suas visões sobre a forma como a Europa pode



manter o seu sucesso económico e superar a sua fraqueza militar. Por um lado, defendeu-se a ma-

nutenção de uma relação transatlântica e por outro questionou-se como devem ser as relações entre

mutação, conforme salientaram os dois oradores intervenientes no painel.

a Europa e os Estados Unidos da América no futuro.

A ideia de que o “exemplo europeu” deve ser reforçado num quadro de globalização e que é salutar alcançar uma convergência entre o “soft power” europeu e o “hard power” norte-americano ajudaria também a uma reafirmação do papel de potência civil da Europa num mundo em

NOVOS CAMINHOS DE INVESTIMENTO

A discussão do tema “O Quadro de Referência Estratégico Nacional: Horizonte 2013”, onde participaram – sob a moderação de José Rio Fernandes –, Cristina Azevedo (da CCDRN), o gestor João Nuno Mendes e o autarca Joaquim Morão, girou em torno da necessidade de se proceder a uma aplicação dos fundos europeus disponíveis nos próximos seis anos de forma rentável e impulsionadora de desenvolvimento nacional. De um modo geral, os oradores sublinharam a importância de se fazerem apostas ousadas, trilhando novos caminhos, embora assumindo que nos sectores tradicionais de investimento ainda há



muito a fazer também. O combate à exclusão territorial, bem como a coesão econó-

mica e social devem servir, defenderam, como critérios para a definição de uma estratégia

zação, foi também um caminho apontado para a aplicação das verbas do QREN.

de financiamento que permita conciliar justiça social e qualidade de vida com competitividade e produtividade.

Prosseguir com políticas de investimento que fomentem o emprego, incentivem a actividade das pequenas e médias empresas e impulsionem a qualificação nos recursos territoriais e humanos do país, no sentido da modernização,

CRIAR REGIÕES DE CONHECIMENTO

No painel dedicado à análise do tema “Emprego: Novas Oportunidades”, o reitor da Universidade do Minho, Guimarães Rodrigues defendeu a criação de “regiões de conhecimento” mediante a aposta na cooperação institucional e a criação de infra-estruturas devidamente apetrechadas e distribuídas equitativamente pelo território nacional. A aposta na investigação, inovação e nas telecomunicações, o apoio às empresas



inovadoras, a internacionalização da actividade das nossas universidades, a oferta de formação mais diversificada e a requalificação do exercício profissional nos sectores tradicionais foram ideias discutidos, sob a moderação de Carlos Lage, aspectos partilhados pelo orador António Figueiredo, num debate em que também foi sublinhada a importância de favorecer parcerias entre entidades públicas e privadas.

“Criados 50 mil postos d

VIEIRA DA SILVA AO “ACÇÃO SOCIALISTA”

Há uma viragem na capacidade de criação de emprego face ao passado recente, afirma o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, destacando ainda as medidas que o Governo está a tomar no sentido de tornar mais eficaz o apoio prestado às pessoas que se encontram na situação de desemprego. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Vieira da Silva garante que as pensões vão continuar a crescer e salienta que as mudanças estruturais propostas pelo Governo em sede de concertação social visam assegurar a sustentabilidade da Segurança Social.

J. C. CASTELO BRANCO

O Governo aprovou novas regras para o subsídio de desemprego. Em que consistem estas novas regras?

O novo diploma do subsídio de desemprego vem na linha directa de um acordo obtido na concertação social que conseguiu reunir o consenso da totalidade dos parceiros, à excepção de um ponto específico por parte de um dos parceiros, e é basicamente um diploma que tem como objectivo tornar mais eficaz este subsídio e ajudar mais as pessoas que se encontram desempregadas a regressar ao mercado de trabalho.

Todos sabemos que esta prestação enferma de algumas fragilidades, não estando plenamente garantida a sua missão principal que é prestar o apoio financeiro devido àqueles que se encontram efectivamente em situação de desemprego.

Portanto, face a esta realidade, criámos um conjunto de regras que não só aumentam a responsabilidade do Estado no sentido de apoiar as pessoas que estão na situação de desemprego na procura de novo emprego, como também criámos um novo conjunto de regras que responsabilizam mais os desempregados no sentido de eles próprios terem um percurso de procura de uma nova inserção no mercado de trabalho. Ou seja, aquilo a que nós chamamos o plano pessoal de emprego.

Finalmente, há uma dimensão que é absolutamente crucial e que tem a ver com o combate à fraude neste subsídio. Infelizmente, sabemos que esta é uma prestação social que tem uma margem de utilização indevida relativamente significativa e não tem sido fácil pelos meios administrativos combater essa irregularidade.

Por isso, também criámos na lei um conjunto de condições, nomeadamente aquelas que têm a ver com a obrigatoriedade de aceitação de um novo posto de trabalho para aqueles que estão na situação de desemprego, assim como também alterámos algumas

regras no que toca à duração do subsídio, favorecendo aqueles que mais descontaram e que têm mais dificuldades de regressar ao mercado de trabalho.

Que apoios concretos podem esperar os desempregados, em especial os de longa duração e mais velhos, ao nível da formação profissional?

Conforme foi referido pelo primeiro-ministro no Fórum das Novas Fronteiras realizado no Porto vai haver uma profunda mudança no domínio das políticas activas de emprego, nas políticas de apoio na procura de emprego e para a qualificação profissional e em concreto nas políticas de formação profissional. Neste quadro, para o presente e para os próximos anos, vai haver um reforço de meios para a concretização destas políticas, mas também mudar algo da sua lógica.

Esta mudança tem a ver com duas dimensões fundamentais: uma dimensão tem a ver com agir rapidamente, ou seja, agir logo que a pessoa esteja em situação de dificuldade conceder-lhe um apoio um apoio que tenha a ver com as características dessa pessoa. Pode ser uma pessoa que ainda não esteja desempregada, mas com um emprego em risco, ou que tenha já caído na situação de desemprego. Nestes casos a intervenção precoce e rápida é decisiva para evitar precisamente os problemas do desemprego de longa duração.

Por outro lado, há uma outra mudança de enorme importância, que é a prioridade absoluta à formação certificada que permita a quem a frequenta não só avançar na sua qualificação profissional, mas também avançar na sua qualificação escolar. Hoje sabemos que esse é um aspecto muito importante para a vida das pessoas, assim como é importante associar essa formação profissional aos saberes adquiridos pelas pessoas. E é por isso que falamos



na certificação das competências adquiridas, que é um dos pilares principais do programa Novas Oportunidades.

A precariedade laboral atinge em Portugal níveis alarmantes, para já não falar dos falsos recibos verdes. De que forma é que o Governo está a combater este flagelo que afecta a vida de muitos milhares de trabalhadores?

A precariedade é principalmente um problema que tem a ver com a utilização indevida de mecanismos que se justificam em situações muito particulares. Ou seja, os empregos temporários são empregos que por vezes são necessários, constituindo, nalguns casos, uma resposta positiva ao problema do desemprego. O que é penalizador é a sua transformação em situações prolongadas.

Por isso, já fizemos algumas mudanças legislativas para dar mais força ao conceito do que é o contrato de trabalho para evitar a utilização indevida dos recibos

verdes e iremos desenvolver um trabalho muito intenso no sentido de articular todos os corpos inspectivos do Estado – da Segurança Social, do Trabalho, das Finanças – no sentido de combater a utilização irregular desse tipo de situações.

O salário mínimo nacional tem vindo a sofrer nos últimos anos constantes depreciações do seu valor real. O que pensa o Governo fazer no sentido de o valorizar?

Nos últimos anos desenvolveu-se um problema muito sério que tem a ver com o facto de o salário mínimo ter deixado de ser apenas um instrumento do mercado de trabalho para passar a ser um referencial para um sem-número de prestações sociais.

Ora, nós estamos a fazer a separação entre estas duas situações, e começámos já no ano passado a dar um sinal no sentido de alguma recuperação do valor do salário mínimo que cresceu acima da inflação, o que já não

acontecia há alguns anos.

E julgamos que será possível com realismo, tendo em atenção a situação da economia portuguesa e a viabilidade das empresas, fazer crescer o salário mínimo, de forma a aproximá-lo progressivamente dos valores de outros países europeus.

Como comenta os últimos dados que apontam para uma descida do desemprego?

O desemprego continua a ser um dos principais problemas do país. Nós podemos hoje dizer com segurança que há sinais claros de arbrandamento da gravidade desse problema, mas não está ultrapassado, longe disso. Aquilo que é mais positivo no que respeita ao problema do emprego/desemprego é que pela primeira vez desde há muitos anos a economia portuguesa está a registar uma capacidade de criar emprego – o que significa uma viragem muito significativa face ao passado recente.

No último ano houve uma

e trabalho no último ano”



elevado no sistema de pensões, nós introduzimos um conjunto de mudanças, que, por um lado, colocam alternativas às pessoas que passam por aumentar o seu esforço contributivo ou prolongar um pouco a sua actividade profissional ou ainda aceitar uma pensão um pouco mais baixa para que ela possa adequar-se a uma duração maior do seu pagamento.

O que é importante sublinhar é que as pensões vão continuar a crescer, mas não vão é continuar a crescer ao ritmo a que estavam a crescer e que era financeiramente insustentável para o orçamento da Segurança Social e mesmo para o Orçamento de Estado.

Tem-se assistido nos últimos tempos a uma campanha crescente por parte da direita no sentido de forçar um modelo misto na Segurança Social. Qual a posição do Governo em relação a esta grande ofensiva?

É preciso destacar que as propostas que estão em cima da mesa como o factor de sustentabilidade da Segurança Social, a nova fórmula de cálculo das pensões ou o combate ao abandono precoce do mercado de trabalho, entre outras, são já um património desta reforma que o Governo está a concretizar.

Agora é fácil vir dizer que é pre-

ciso mais, quando o mais difícil que é criar as condições de sustentabilidade está a ser garantido por estas reformas. Nós estamos disponíveis para discutir todas as propostas por muito tarde que elas venham, mesmo por parte de forças políticas que quando estiveram no Governo, e não foi assim há tanto tempo, nada fizeram para reforçar a sustentabilidade da Segurança Social.

Agora, sendo o Governo do PS obviamente favorável ao estímulo e reforço das poupanças individuais, num quadro de complementaridade, o que nós não aceitamos é que se façam propostas que venham desequilibrar financeiramente o sistema de Segurança Social.

Como explica as sondagens favoráveis ao Governo, nomeadamente quando tem vindo a tomar medidas impopulares e que afectam, nomeadamente, a sua base social de apoio?

Eu acho que nós vivemos um momento em que as pessoas apreciam talvez mais do que noutras ocasiões que se fale verdade sobre os problemas e que se construam respostas que sejam adaptadas a essa realidade, à verdade, e é isso que o Governo tem vindo a fazer.

Nós temos vindo a corrigir desigualdades, desequilíbrios,

iniquidades, que existiam nos nossos sistemas e temos vindo a fazê-lo sem pôr em causa uma lógica reformista que pretende estimular o crescimento da economia. E começamos agora a ter os primeiros resultados e eu julgo que as pessoas estão a compreender o esforço que está a ser feito.

E é isso que a meu ver explica que estando o Governo já a cumprir uma parte muito importante do seu programa com medidas de facto duras e corajosas, mas que são ao mesmo tempo medidas justas não só no presente mas também e principalmente em relação ao futuro, os portugueses tenham vindo a fazer uma apreciação positiva da acção do Executivo nas sondagens.

O que espera do próximo Congresso do PS?

Espero fundamentalmente do próximo Congresso do PS que o partido crie as condições para aprofundar a sua linha política nesta dinâmica reformista que o Governo vem prosseguindo. Mas também espero que o PS ganhe mais capacidade para estar presente na vida política, para estar presente nos combates políticos, para contar mais em todas as decisões que são fundamentais para o futuro do país.

criação líquida de quase 50 mil postos de trabalho e, portanto, isto é um sinal de que há um dinamismo da nossa economia e um clima de confiança. Não é ainda suficiente para inverter definitivamente a situação do desemprego, mas eu tenho confiança que num processo sustentado que não vai ser fácil nem tão rápido como todos desejaríamos possamos voltar a aproximarmo-nos de valores baixos de desemprego que eram aqueles que caracterizavam a economia portuguesa ainda há bem poucos anos.

Em que ponto é que se encontra a concertação social no que respeita a um entendimento em relação à reforma da Segurança Social?

Nós chegámos em Julho a um acordo sobre os grandes princípios da reforma do sistema de Segurança Social, principalmente na sua componente contributiva, e aquilo que eu prevejo é que nas próximas semanas seja possível

concluir esse acordo nos seus traços essenciais já de uma forma mais detalhada e também identificar algumas novas linhas de reforma.

Engana-se quem pensa que a reforma da Segurança Social é algo que se faz com um clique, no momento. É um processo de gestão reformista que se tem de prolongar ao longo do tempo. As mudanças que nós propusemos e que vamos concretizar são mudanças de carácter estrutural que dão um forte impulso no reforço da sustentabilidade da Segurança Social.

Há a ideia generalizada de que todos os portugueses vão passar a receber menos reforma e trabalhar até mais tarde. É verdade?

É uma ideia um pouco falsa porque aquilo que se passa na realidade é que face aos desafios colocados ao sistema de Segurança Social, nomeadamente o aumento da esperança de vida, que representa um custo muito mais



Julgamos que será possível com realismo, tendo em atenção a situação da economia portuguesa e a viabilidade das empresas, fazer crescer o salário mínimo, de forma a aproximá-lo progressivamente dos valores de outros países europeus

Ao trabalho, camaradas

O PARTIDO Socialista volta a reunir de 10 a 12 de Novembro o seu conclave máximo, depois de dois anos alucinantes que mudaram o partido e o país.

Convém não esquecer que, há apenas dois anos, Portugal estava entregue ao inenarrável governo de direita PSD/CDS, liderado pela dupla Santana Lopes/Paulo Portas e o PS na encruzilhada da escolha de uma nova liderança e de uma nova orientação e estratégia políticas.

A luta que então se travou constituiu um exemplo eloquente do que deve ser a vida política de um grande partido democrático e transparente. O nosso orgulho de ser socialistas saiu reforçado e o PS elevado perante os portugueses que seguiram com interesse a nossa disputa interna.

O impulso de Guimarães permitiu-nos pôr rapidamente fim à agonia da governação da direita e assumir a liderança dos destinos do país, pela primeira vez com a confiança maioritária dos portugueses. Seguramente o maior desafio e a maior responsabilidade até hoje colocada ao PS.

Estou certo que, para além da tradicional festa e confraternização entre socialistas, este será, mais do que qualquer outro, o Congresso da reflexão e da definição sobre o país que temos e o país que queremos e da confirmação do PS como o partido em que os portugueses mais confiam e com o qual cada vez mais se identificam.

Foi-me confiada, e à excelente equipa que me acompanha, a exaltante tarefa da organização do XV Congresso do PS à qual dedicaremos o melhor dos nossos esforços.

Permito-me assim apelar à mobilização e empenho de todos os camaradas para que o Congresso e todas as etapas que o precedem decorram com a maior participação e vitalidade possíveis e se traduza num êxito à altura das nossas responsabilidades e das expectativas dos portugueses.

A COC agradece antecipadamente a vossa colaboração e apoio e assume o compromisso óbvio, mas nem por isso dispensado de ser reafirmado, de isenção e independência perante todos os candidatos e todas as candidaturas que venham a apresentar-se.

É, pois, com prazer, que vos convoco a todos, camaradas, para o XV Congresso do Partido Socialista.

OPINIÃO



CAPOULAS SANTOS
Presidente da COC

Foi-me confiada, e à excelente equipa que me acompanha, a exaltante tarefa da organização do XV Congresso do PS à qual dedicaremos o melhor dos nossos esforços.

Congresso Nacional marcado para 10, 11 e 12 de Novembro



COMISSÃO NACIONAL

A Comissão Nacional do PS aprovou a realização do Congresso do partido para os dias 10, 11 e 12 de Novembro e as eleições dos delegados e do secretário-geral para o período entre 27 e 29 de Outubro.

NA REUNIÃO, que decorreu no passado sábado no Hotel Altis, em Lisboa, a Comissão Nacional aprovou ainda o regimento, o regulamento e a composição da Comissão Organizadora do Congresso (COC), que será presidida pelo camarada Capoulas Santos.

Falando aos jornalistas quase no final da Comissão Nacional, o secretário-geral, José Sócrates, referiu que o próximo Congresso “estará centrado na discussão dos

problemas do país”.

“O próximo Congresso do PS não servirá para discutir estatutos ou questões internas, mas para discutir os problemas do país e a forma de os resolver com a adopção de uma agenda reformista”, disse.

O líder socialista anunciou ainda que vai propor ao Congresso a extinção da Comissão Permanente, adiantando que tenciona acumular as funções de primeiro-ministro com as de líder do partido. “A minha responsabilidade é liderar o Governo e o PS. Há um líder e um Secretariado, e este é modelo de governação do PS”, disse.

José Sócrates considerou “errada a ideia de haver no partido uma liderança bicéfala”, sublinhando que esta solução “prejudica a afirmação do Governo. Não deve haver um líder e um vice-líder, devendo antes haver um líder e um Secretariado”.

José Sócrates referiu ainda que irá apresentar na reunião magna do

partido uma moção de orientação global intitulada “O rumo do PS: modernizar Portugal”, sublinhando que no próximo Congresso será permitido que um conjunto de militantes apresente uma moção global sem que, simultaneamente, seja necessário apresentar também uma candidatura a secretário-geral do partido.

“O PS é um partido onde há diversidade e pluralismo. A única certeza que tenho é que tudo farei para ter uma vitória no Congresso”, acrescentou.

Na reunião, o líder socialista defendeu ainda a fusão das Fundações Antero de Quental e José Fontana, num único instituto de estudo das políticas públicas, assente num núcleo profissionalizado mas aberto à participação cívica dos interessados, que se constitua como um “think thank” (grupo de reflexão estratégica).

J. C. C. B.



XV

Congresso Nacional do Partido Socialista



[REGULAMENTO]

[REGIMENTO]

[COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO (COC)]

[CALENDÁRIO]

10, 11 e 12 de Novembro de 2006

REGULAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DOS DELEGADOS AO XV CONGRESSO NACIONAL

Artigo 1.º

(Congresso Nacional)

- O XV Congresso Nacional do Partido Socialista realiza-se nos dias 10, 11 e 12 de Novembro de 2006 e tem como objectivo apreciar e definir as linhas de orientação política do partido, mandar a Comissão Nacional para proceder à alteração dos estatutos, e eleger o Presidente do Partido, a Comissão Nacional, a Comissão Nacional de Jurisdição e a Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira.
- A ordem dos trabalhos do Congresso é a seguinte:
 - Votações
 - Eleição do Presidente do Partido
 - Eleição da Comissão de Verificação de Poderes
 - Eleição da Mesa do Congresso Nacional
 - Eleição da Comissão de Honra do Congresso Nacional
 - Sessão de Abertura do Congresso Nacional
 - Apresentação, discussão e votação das Moções Políticas
 - Alterações Estatutárias
 - Votação das listas de candidatos aos órgãos nacionais
 - Sessão de Encerramento.

Artigo 2.º

(Comissão Organizadora do Congresso – COC)

- A COC é eleita pela Comissão Nacional, em listas completas e pelo método da média mais alta de Hondt.
- A COC é composta por dez militantes.
- O Presidente da COC é o primeiro nome da lista mais votada.
- O Presidente da COC tem voto de qualidade.
- Compete à COC a preparação e organização do congresso e da eleição do Secretário-Geral.
- Tem assento nas reuniões da COC, com direito a voto, um representante de cada moção política de orientação nacional, após a entrega destas.

Artigo 3.º

(Capacidade eleitoral)

- Só podem participar na Assembleia Eleitoral os militantes inscritos até 28 de Abril de 2006, que constem do recenseamento enviado extraordinariamente pelo Secretariado Nacional e que regularizem o pagamento da quota do 1.º semestre de 2006 até ao momento do exercício do direito de voto.
- Só podem ser eleitos delegados ao Congresso Nacional os militantes inscritos até 28 de Abril de 2006, de acordo com o disposto no artigo 18.º dos Estatutos do Partido Socialista e que regularizem o pagamento da quota do 1.º semestre até ao momento da entrega da respectiva lista.
- Só podem candidatar-se ao cargo de Secretário-Geral os militantes com inscrição anterior a 28 de Abril de 2005.
- Os militantes de secções que não tenham direito a eleger delegados exercem os seus direitos eleitorais na secção designada pela COC.

Artigo 4.º

(Apresentação de candidatura a Secretário-Geral)

- As candidaturas a Secretário-Geral são apresentadas por um número mínimo de 100 militantes do Partido, tendo obrigatoriamente subjacente uma moção política de orientação nacional.
- As candidaturas referidas no número anterior são entregues à COC até 29 de Setembro de 2006.

Artigo 5.º

(Eleição do Secretário-Geral)

- A eleição do Secretário-Geral decorre em simultâneo com a eleição dos Delegados ao Congresso Nacional.
- O Secretário-Geral é eleito por sufrágio universal, directo e secreto dos militantes do Partido que disponham de capacidade eleitoral activa, nos termos do número 1, do artigo 3.º, e por lista uninominal.
- É eleito Secretário-Geral do Partido o candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos expressos.
- Quando não suceda o disposto no número anterior, a eleição é repetida entre os dois candidatos mais votados, no mesmo dia da semana seguinte, à mesma hora e no mesmo local, com dispensa de convocatória.

Artigo 6.º

(Apresentação de listas de candidatos a Delegados)

- As listas de candidatos a Delegados ao Congresso Nacional são entregues, até às 22 horas do dia 25 de Outubro de 2006, à Mesa da Assembleia Geral e, na sua ausência, ao Secretariado da Secção ou na sede da Federação, que as remete, imediatamente, à Mesa da Assembleia Geral ou ao Secretariado da Secção respectiva, que verificam a sua conformidade nos termos dos números seguintes.
- As listas referidas no número anterior são obrigatoriamente acompanhadas da declaração de aceitação das candidaturas e de referência à moção política de orientação nacional que apoiam.
- Cada lista deve garantir uma representação não inferior a 33% de militantes de qualquer dos sexos, devendo em cada sequência de três elementos de candidatos dessas listas ser pelo menos um de sexo diferente.
- As listas de candidatos a Delegados são compostas por um número de efectivos correspondentes ao número de Delegados elegíveis pela respectiva secção e por, pelo menos, metade de candidatos suplentes.
- As listas irregulares são aceites provisoriamente, sendo quem as entrega imediatamente notificado para em 24 horas suprir as irregularidades verificadas, após o que a lista é definitivamente aceite ou rejeitada.
- Da decisão de rejeição da lista de candidatos a delegados cabe recurso, imediato, para a COC, que decide do recurso até à hora de início do acto eleitoral.
- Após a sua aceitação, as listas de candi-

datos a delegados são expostas na Secção para que os militantes tenham conhecimento da sua existência.

Artigo 7.º

(Eleição dos Delegados ao Congresso)

- Os Delegados ao Congresso Nacional são eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial, com base em moções políticas de orientação nacional.
- Os delegados ao Congresso são eleitos por sufrágio universal, directo e secreto dos militantes do Partido que disponham de capacidade eleitoral activa, nos termos do número 1, do artigo 3.º, e por listas plurinominais.
- A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método da média mais alta de Hondt, considerando-se os candidatos ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.
- Cada militante do partido pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional, e candidatar-se exclusivamente numa única lista.
- Compete à Mesa da Assembleia Geral da Secção orientar os actos eleitorais e proceder à contagem dos votos e à elaboração da acta.
- Até ao início do Congresso Nacional, a COC publica no “Acção Socialista” a lista completa dos Delegados eleitos e inerentes ao Congresso.

Artigo 8.º

(As moções políticas de orientação nacional)

- As moções políticas de orientação nacional são documentos de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido, e são subjacentes à eleição do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso.
- As moções políticas de orientação nacional são apresentadas pelo número mínimo de 100 militantes do Partido que disponham de capacidade eleitoral passiva, e devem ser entregues até ao dia 29 de Setembro.
- Para efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas são consideradas as moções políticas de orientação nacional subscritas por um número mínimo de 50 delegados.

Artigo 9.º

(Alterações estatutárias)

As propostas de alterações estatutárias são apresentadas à Comissão Nacional, nos termos do mandato atribuído pelo Congresso.

Artigo 10.º

(Moções Políticas Sectoriais)

- As moções políticas sectoriais são documentos que desenvolvem temas específicos e/ou parcelares da política do Partido.
- As moções políticas sectoriais são apresentadas por qualquer delegado ao congresso, e entregues à COC até às 22 horas do dia 3 de Novembro, em ficheiro informático.

- Para efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas são consideradas as moções políticas sectoriais subscritas por um mínimo de 20 delegados até às 20 horas do dia 10 de Novembro.

CAPITULO II

Assembleia Geral Eleitoral

Artigo 11.º

(Convocatória)

- As Assembleias Gerais Eleitorais das secções realizam-se nos dias 27 ou 28 de Outubro de 2006 e decorrem entre as 10.00h e as 24.00h, por um período mínimo de duas horas e máximo de seis.
- A Assembleia Geral de Militantes é convocada pela COC até dez dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, tendo como únicos pontos da Ordem de Trabalhos a eleição do Secretário-Geral e a eleição dos Delegados ao Congresso Nacional.
- A convocatória menciona obrigatoriamente o dia, o local, o horário de funcionamento e a Ordem de Trabalhos da Assembleia.
- Compete ao Secretariado da Federação indicar à COC, até ao dia 10 de Outubro, a data, hora, local e período de funcionamento das Assembleias Gerais de Militantes da respectiva área de jurisdição

Artigo 12.º

(Acta da Assembleia Eleitoral)

- A Assembleia Eleitoral é presidida pela Mesa da Assembleia Geral da Secção e, na sua ausência, pelo Secretariado da Secção.
- A Mesa da Assembleia Geral dirige o acto eleitoral e lavra a respectiva acta, da qual constam os seguintes elementos:
 - Relação nominal das listas de candidatos e delegados com menção obrigatória das moções políticas de orientação nacional que subscvem;
 - Número de votos entrados nas urnas;
 - Resultados finais das votações para a eleição do Secretário-Geral e dos Delegados da secção ao Congresso Nacional;
 - Identificação dos Delegados eleitos, com menção do número de militante e da moção política de orientação nacional pela qual foram eleitos.
- À acta é anexado o caderno eleitoral rubricado pelos votantes.
- A acta e o anexo devem ser entregues na sede da Federação respectiva até às 22 horas do dia 31 de Outubro.
- Os resultados eleitorais são afixados no local da Assembleia Geral de Militantes imediatamente a seguir ao seu apuramento.
- Das deliberações da Mesa da Assembleia Geral de Militantes cabe reclamação para a COC a apresentar, na sede nacional, até às 22 horas do dia 30 de Outubro de 2006.
- Para efeitos de contagem de prazos, é

REGIMENTO DO XV CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Artigo 1.º **(Data e local do Congresso Nacional)**

1. O XV Congresso Nacional do PS realiza-se nos dias 10, 11 e 12 de Novembro de 2006.
2. O XV Congresso Nacional do PS realiza-se em local a definir pela Comissão Organizadora do Congresso.

considerada a data de recepção na Sede Nacional.

Artigo 13.º **(Número de Delegados)**

O número de delegados a eleger por cada secção é proporcional ao número de militantes inscritos com capacidade eleitoral activa, de acordo com o seguinte quadro:

<15	0 Delegados
15-50	1 Delegado
51-150	2 Delegados
151-250	3 Delegados
251-350	4 Delegados
351-450	5 Delegados
451-550	6 Delegados
551-650	7 Delegados
651-750	8 Delegados
751-850	9 Delegados
851-950	10 Delegados
951-1050	11 Delegados
1051-1150	12 Delegados
1151-1250	13 Delegados
1251-1350	14 Delegados
1351-1450	15 Delegados
+ 1 Delegado por cada 100 militantes	

Artigo 14.º **(Cadernos Eleitorais)**

1. A COC envia às secções os cadernos eleitorais provisórios e a relação de quotas pagas, até ao dia 15 de Setembro de 2006,
2. Dos cadernos eleitorais provisórios e da relação de quotas pagas podem ser apresentadas reclamações à COC, até ao dia 20 de Setembro de 2006.
3. A COC envia às secções os cadernos eleitorais definitivos, até ao dia 13 de Outubro.
4. Até ao dia 25 de Outubro de 2006, a COC envia às secções nova relação de quotas actualizada.

Artigo 15.º **(Interpretação e integração)**

A interpretação e a integração de lacunas deste Regulamento cabe à COC, de acordo com o disposto nos Estatutos do Partido.

Artigo 16.º **(Reclamações)**

1. Das deliberações das Mesas das Assembleias Gerais cabe reclamação para a COC, até às 22 horas do primeiro dia útil seguinte à deliberação, salvo indicação expressa em contrário no presente Regulamento.
2. A COC delibera no prazo máximo de 24 horas.
3. Das deliberações da COC cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição (CNJ), até às 22 horas do primeiro dia útil seguinte à deliberação.
4. A CNJ delibera no prazo máximo de 24 horas.

Artigo 17.º **(Publicidade)**

A data e local do Congresso, o presente Regulamento, o Regimento e a composição da COC são publicados no Acção Socialista.

Artigo 2.º **(Eleição do Presidente do Partido)**

1. O Presidente do Partido é eleito por voto secreto, no início dos trabalhos do Congresso, em lista uninominal proposta pelo mínimo de 5% dos delegados.
2. As candidaturas a Presidente, subscritas pelos delegados, deverão ser entregues à COC até 3 dias antes do início do Congresso.
3. A votação para a eleição do Presidente do Partido realiza-se por um período mínimo de duas horas e até à sessão de abertura do Congresso.

Artigo 3.º **(Início)**

1. No início dos trabalhos, o Congresso elege, de entre os seus membros, a Comissão de Verificação de Poderes e a Mesa, sob proposta do Secretário-Geral eleito, e a Comissão de Honra do Congresso, sob proposta do Presidente do Partido.
2. A Comissão de Verificação de Poderes é constituída por quatro membros eleitos pelo Congresso e presidida pelo Presidente da Comissão Nacional de Jurisdição, competindo-lhe julgar a regularidade da composição do Congresso e conhecer de quaisquer irregularidades surgidas na identificação dos respectivos membros.
3. A mesa do Congresso é composta pelo Presidente do Partido, pelo Secretário-Geral e por cinco Vice-Presidentes e dez Secretários eleitos pelos delegados.
4. A Comissão de Honra do Congresso é constituída por sete a quinze militantes que tenham desempenhado papel relevante ao serviço do Partido, da Democracia ou do País.

Artigo 4.º **(Presidente do Congresso)**

1. Preside à Mesa do Congresso o Presidente do Partido, a quem compete iniciar, interromper, retomar e concluir os trabalhos, conceder ou retirar o uso da palavra e assegurar o regular funcionamento do debates em cooperação com os restantes membros da Mesa.
2. Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 5.º **(Ordem de Trabalhos)**

1. A ordem dos trabalhos do Congresso é a seguinte:
 - Votações
 - Eleição do Presidente do Partido
 - Eleição da Comissão de Verificação de Poderes
 - Eleição da Mesa do Congresso Nacional
 - Eleição da Comissão de Honra do Congresso Nacional

- Sessão de Abertura do Congresso Nacional
- Apresentação, discussão e votação das Moções Políticas
- Alterações Estatutárias
- Votação das listas de candidatos aos órgãos nacionais
- Sessão de Encerramento

Artigo 6.º **(Funcionamento do Congresso)**

1. O Congresso só pode deliberar desde que estejam presentes a maioria dos seus membros com direito a voto.
2. O "quorum" deliberativo previsto no número anterior é verificado por iniciativa da Mesa ou a pedido de qualquer dos delegados presentes.
3. As deliberações do Congresso são tomadas por maioria simples.
4. O Congresso pode funcionar com qualquer número de presenças.
5. O voto é pessoal e presencial.
6. É dispensada a leitura das propostas e moções apresentadas para discutir e votar pelo Congresso, desde que tenham sido distribuídas pelos delegados.
7. A Mesa é soberana na orientação dos trabalhos do Congresso.

Artigo 7.º **(Discussões políticas)**

1. Para a apresentação das moções políticas de orientação nacional, subscritas por um número mínimo de 50 delegados, o primeiro proponente de cada uma, ou quem estes indicarem em sua substituição, podem intervir durante vinte minutos.
2. Para a apresentação das moções políticas sectoriais, subscritas por um mínimo de 20 delegados, os seus proponentes podem intervir por um período de tempo fixado pela Mesa, em função do cumprimento da Ordem de Trabalhos.
3. Para a apresentação das listas de candidatos aos órgãos nacionais, subscritas por um mínimo de 5% dos delegados ao Congresso, os seus proponentes podem intervir durante um período global de dez minutos.
4. Em função do número de inscritos em cada ponto da Ordem de Trabalhos, a mesa estipula a duração máxima de cada intervenção.
5. A Mesa define a duração global das intervenções dos proponentes no encerramento da discussão das moções políticas de orientação nacional.

Artigo 8.º **(Alterações estatutárias)**

As propostas de alterações estatutárias são apresentadas à Comissão Nacional, nos termos do mandato atribuído pelo Congresso.

Artigo 9.º **(Intervenções)**

1. Os delegados ao Congresso podem participar nos trabalhos através de intervenções, requerimentos, reclamações e declarações de voto.
2. As intervenções podem ser efectuadas mediante a entrega na mesa de um pedido de palavra.
3. Os requerimentos são dirigidos à Mesa

e reportam-se, exclusivamente, ao modo de condução dos trabalhos.

4. As reclamações são dirigidas à Mesa e reportam-se, exclusivamente, à infracção dos Estatutos, do Regulamento ou do Regimento do Congresso.
5. A Mesa do Congresso delibera imediatamente sobre a admissão dos requerimentos e reclamações. Destas deliberações da mesa cabe recurso para o plenário, sendo aprovado se obtiver 2/3 dos votos dos delegados presentes.
6. As declarações de voto são apresentadas à Mesa por escrito, ficando anexas à acta do Congresso, a qual será elaborada pela Mesa até 30 dias após a data da realização do Congresso e entregue ao Secretariado Nacional.

Artigo 10.º **(Listas de candidatos aos órgãos nacionais)**

1. As listas de candidatos a membros da Comissão Nacional, da Comissão Nacional de Jurisdição e da Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira são propostas por um mínimo de 5% dos delegados ao Congresso.
2. As listas apresentadas são compostas por um número de candidatos efectivos correspondentes ao órgão nacional em causa e, pelo menos, metade de candidatos suplentes.
3. Os membros dos órgãos referidos no número 1 são eleitos pelo método da média mais alta de Hondt, considerando-se os candidatos ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.
4. Cada lista deve garantir uma representação não inferior a 33% de militantes de qualquer dos sexos.
5. No decurso dos trabalhos, a Mesa determina o prazo limite para a entrega das listas de candidatos.
6. As listas de candidatos são entregues na Mesa acompanhadas das respectivas declarações de aceitação dos candidatos, da qual constará obrigatoriamente o nome, o número de militante e a assinatura do candidato.
7. Cada delegado ao Congresso só pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional e candidato numa única lista.

Artigo 11.º **(Acta do Congresso)**

A acta do Congresso, contendo as deliberações tomadas e a composição dos órgãos nacionais eleitos, é elaborada pela Mesa até 30 dias após a data da realização do Congresso, entregue ao Secretariado Nacional e publicada no Acção Socialista.

Artigo 12.º **(Interpretação e integração das lacunas)**

Compete à Mesa a interpretação e integração de lacunas do presente Regimento e a resolução dos casos omissos, cabendo recurso para o Congresso.

Artigo 13.º **(Publicidade)**

O presente Regimento do PS é publicado no "Acção Socialista".

XV CONGRESSO NACIONAL DATAS E ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES

	Datas Limite																		
	Setembro					Outubro				Novembro									
COMISSÃO NACIONAL - MARCAÇÃO DO CONGRESSO	2	12	15	20	29	14	13	17	25	25	27	28	31	3	3	4	10	11	12
PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO, REGIMENTO E COMPOSIÇÃO DA COC NO ACÇÃO SOCIALISTA																			
ENVIO DOS CADERNOS ELEITORAIS PROVISÓRIOS E LISTA DE QUOTAS PAGAS DOS MILITANTES INSCRITOS ATÉ 28 DE ABRIL DE 2006																			
RECEPÇÃO DE RECLAMAÇÕES DAS LISTAGENS PROVISÓRIAS																			
ENTREGA DAS CANDIDATURAS A SECRETÁRIO-GERAL E DAS MOÇÕES POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO NACIONAL																			
PUBLICAÇÃO DAS MOÇÕES POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO NACIONAL																			
ENVIO DOS CADERNOS ELEITORAIS DEFINITIVOS																			
ENVIO DE CONVOCATÓRIAS PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS DE MILITANTES																			
ENVIO DAS LISTAS DE PAGAMENTO DE QUOTAS																			
ENTREGA DAS LISTAS DE DELEGADOS										22h00									
ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DELEGADOS AO CONGRESSO																			
RECEPÇÃO NAS FEDERAÇÕES DO PROCESSO ELEITORAL										22h00									
ENTREGA DAS MOÇÕES POLÍTICAS SECTORIAIS										22h00									
REPETIÇÃO DE ASSEMBLEIAS ELEITORAIS																			
CONGRESSO NACIONAL																			

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XV CONGRESSO

Presidente



Capoulas Santos

Vogais



Artur Penedos



Carlos Luís



Custódia Fernandes



Francisco César



Manuel Seabra



Manuela Augusto



Marques Júnior



Marta Rebelo



Paula Barros

Quotas em dia, participação garantida.

Venha ao XV Congresso do PS

e exerça os seus direitos de militante.

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;
2. Transferência bancária
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24.00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12.00 eur
4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Contamos
consigo!

Linha Azul
808 201 695



Unidades de Saúde Familiar asseguram melhor cobertura no apoio aos doentes

A ABERTURA das novas Unidades de Saúde Familiar (USF), vai aumentar a probabilidade dos utentes dos centros de saúde passarem a ser atendidos por um médico de família num espaço de tempo substancialmente mais curto.

Segundo, uma parte significativa dos doentes que hoje se deslocam aos centros de saúde à procura de uma consulta para o seu médico de família, deparam-se, na maior parte das vezes, com a impossibilidade de serem recebidos no próprio dia pelo clínico, facto que obriga o utente a ter que socorrer-se de uma consulta de recurso ou a uma deslocação nocturna ao Serviço de Atendimento Permanente (SAP).

Para o responsável pela pasta da Saúde, este cenário configurava uma verdadeira perversão do que deve ser um verdadeiro sistema de medicina familiar, que, entre outras premissas compreende que o cidadão que se desloque ao seu centro de saúde, seja efectivamente recebido pelo seu médico de família.

Com a criação das novas Unidades de Saúde Familiar, garante o Governo, o utente passará a ter à sua disposição, das 8 da manhã às 8 da noite, de segunda a sexta-feira e nalguns casos aos fins-de-semana e feriados, o seu médico de família.

Para já os cuidados de saúde primários, que estas Unidades de Saúde Familiar prestam, abriram as portas nesta primeira fase em três concelhos do Norte e Centro do país. Rio Tinto e Valongo, no distrito do Porto, e um terceiro mais a sul no concelho de Condeixa no distrito de Coimbra, prevendo o Ministério da Saúde que de forma gradual e sustentada o programa venha a estender a sua acção a todo



o território nacional até ao final do ano.

De imediato estão já programadas novas USF na Sobreda, no concelho de Almada, Moinho da Maré e Fernão Ferro, no Seixal e no Dafundo, no centro de saúde de Carnaxide no concelho de Oeiras.

Para Correia de Campos, as USF consistem “na pedra basilar de um novo modelo de organização dos cuidados primários” e têm como objectivo primordial “virar o centro de saúde para a comunidade, atendendo mais e melhor os utentes”, proporcionando, como também adianta, “melhores condições aos profissionais que nele trabalham”.

De salientar que estas novas Unidades de Saúde Familiar deverão prestar cuidados a uma população estimada entre os quatro mil a 18 mil utentes, podendo ou não funcionar nas instalações dos actuais centros de saúde.

Estas unidades serão criadas e geridas por um grupo de médicos,

enfermeiros e administrativos que de forma voluntária formam uma equipa, responsabilizando-se pela organização do trabalho e dispondo-se a responder em tempo útil às necessidades dos doentes. Assim, quando o médico de família, por uma qualquer razão objectiva, fica impedido de receber o doente nesse dia, são as novas estruturas da saúde familiar que avançam de imediato na resposta às necessidades dos doentes.

A composição destas equipas será constituída no mínimo por três médicos e, no máximo, por oito, sendo o dos enfermeiros equivalentes.

Estas Unidades de Saúde Familiar situadas na maior parte das vezes nos centros de saúde, podendo eventualmente localizar-se em espaços próprios, serão estruturas com uma dimensão relativamente pequena, mais flexíveis e personificadas do que o modelo tradicional, tudo graças a uma efectiva autonomia técnica e funcional, sendo da sua respon-

sabilidade a definição das regras e dos horários.

Atendimento mais rápido

A primeira e mais evidente vantagem destas USF, como adiantou Correia de Campos, é para o utente, que passará a poder beneficiar de um atendimento rápido por parte de um clínico, caso o seu médico de família falte ou eventualmente não tenha tempo nesse dia para o receber.

Mas também para os próprios profissionais ligados à saúde, porque para além de passarem a dispor de uma maior autonomia também na escolha dos elementos que fazem parte do grupo, passarão a receber incentivos financeiros em função do trabalho que realizarem.

Com as cem unidades que se prevê entrarem em funcionamento até ao final do ano, o Governo espera vir a reduzir de 750 mil para 525 mil o número de portugueses sem médico de família, e nessa altura, como referiu o titular da pasta da Saúde, “estaremos a dar médico de família a mais de 170 mil pessoas”.

O objectivo que subjaz à criação destas unidades, defende Correia de Campos, é que num prazo relativamente curto de tempo, 90 a 95 por cento da procura de cuidados de saúde primários venham a ser prestados pelo médico de família.

Recorde-se que na maior parte das vezes os utentes serão preferencialmente recebidos pelos seus médicos de família e só em casos excepcionais serão consultados por outro médico, que no entanto terão acesso à ficha do doente, o que não acontecia até aqui, evitando deste modo novas terapêuticas, outros exames e nova medicação. **R.S.A.**

Regras mais rigorosas no uso e avaliação de medicamentos



SAÚDE NOS HOSPITAIS

AS NOVAS regras para a avaliação económica dos medicamentos inovadores, que deve ser feita antes do fármaco ser usado pelas unidades hospitalares, foram aprovadas recentemente em Conselho de Ministros.

Segundo o ministro da Saúde, Correia de Campos, o decreto-lei aprovado pelo Governo prevê um “mecanismo para lutar contra a permissividade” na utilização pelos hospitais nacionais de medicamentos novos, e, naturalmente, mais caros.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião do Executivo, o governante disse que os hospitais estavam “muito vulneráveis” à utilização frequente de medicamentos inovadores, sublinhando de seguida que “a porta de entrada dos medicamentos novos no sistema [de Saúde pública] é predominantemente hospitalar”.

Assim, o documento recentemente aprovado abrange apenas os medicamentos de uso hospitalar e a avaliação fármaco-económica, que tem carácter obrigatório e deve ter em linha de conta as doenças a cujo tratamento se destina, o valor terapêutico acrescentado e ser baseada em “critérios de natureza económica face às alternativas equivalentes disponíveis”.

Essa ponderação, embora já ocorra na apreciação de cada medicamento para efeitos de participação pelo Estado, não se verifica ainda nos medicamentos que devam ser reservados exclusivamente a tratamentos em meio hospitalar, nem nos medicamentos sujeitos a receita médica restrita, quando estes sejam apenas comercializados em ambiente hospitalar.

A referida análise deve ainda ser apresentada pela empresa farmacêutica ao Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento e a sua aprovação implica a celebração de um contrato-programa com o laboratório.

O ministro da Saúde, Correia de Campos, defendeu que o limite de quatro por cento, que prevê estabelecer este ano para o crescimento da despesa dos hospitais em medicamentos, “permitirá acomodar a despesa com a inovação terapêutica”. **M.R.**

Luta contra a droga alarga horizontes

TOXICODPENDÊNCIA

NA LINHA de continuidade da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, implementada em 1999, o Governo do PS aprovou recentemente o Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodpendências – Horizonte 2012 e o Plano de Acção contra a Droga e as Toxicodpendências – Horizonte 2008, dois documentos que visam reduzir o consumo de estupefacientes e diminuir os seus efeitos perniciosos em termos sociais e de saúde.

O Horizonte 2012, por um lado, dá respostas à alteração dos padrões de consumo e do perfil dos consumidores, bem como à percepção social do fenómeno e à diversidade da oferta de substâncias.

A ideia é, pois, reduzir a oferta, através de medidas contra a criminalidade, e a procura, mediante

a prevenção, dissuasão, redução de riscos em grupos específicos, tratamento e reinserção social dos toxicodpendentes.

A política de redução da oferta é alicerçada em áreas transversais como são a coordenação entre os intervenientes, a cooperação internacional, a informação, a formação, a avaliação, o reordenamento jurídico e, em especial, a investigação.

Esta estratégia concretizar-se-á com a aplicação de medidas contra a produção e o tráfico de drogas e o desvio de precursores (incluindo o transfronteiriço), bem como a execução de iniciativas conjuntas que possibilitem uma estratégia de prevenção contra a criminalidade relacionada com a droga, por via de cooperação com as forças de segurança de outros Estados.

O objectivo de reduzir a procura

centra-se, por seu turno, no cidadão e nas suas necessidades, desenvolvendo-se, através de diferentes vectores, num Plano Nacional de Respostas Integradas.

A prevenção será ainda incentivada pelo Programas de Intervenção Focalizada e Prevenção Universal, promovidos pelos ministérios da Saúde e da Educação e pela Presidência do Conselho de Ministros (Instituto do Desporto de Portugal e Instituto Português da Juventude), entre outros organismos.

Esta dissuasão passará igualmente pela reorganização das comissões constituídas para esse efeito na área da toxicodpendência, de modo a torná-las mais próximas do cidadão e, consequentemente, mais eficientes.

Já a redução de riscos e a minimização de danos é uma meta alcançável mediante a criação de uma

rede global de respostas integradas e complementares, com parceiros públicos e privados, disponibilizando diversificados programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos.

Quanto ao tratamento, este terá como objectivo prioritário garantir o acesso, em tempo útil, a respostas terapêuticas integradas, disponibilizando oferta diversificada de programas de tratamento e de cuidados, com um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica.

No plano da reinserção, a ideia é reunir os recursos para promover a integração social dos toxicodpendentes, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida responsáveis, implicando todos os actores, através de uma gestão participada e efectiva. **M.R.**

Reforçada protecção do meio marinho nacional



COM vista a reforçar a segurança do tráfego marítimo e a protecção do meio marinho ao longo da costa portuguesa, Executivo do PS aprovou um decreto-lei que cria novos "esquemas de separação de tráfego" (EST), afastando os corredores de tráfego da costa, e "áreas a evitar" (AAE) adoptadas pela Organização Marítima Internacional.

O diploma, que introduz no regime jurídico português recentes normas internacionais, adapta o EST do Cabo da Roca e do Cabo de S. Vicente à nova configuração do EST de Finisterra, revogando o EST das Berlengas, por ser "desnecessário face à nova configuração".

A título de exemplo destaque-se que a parte mais interior do EST do Cabo da Roca, que se encontrava a cerca de nove milhas da costa, passa para 14 milhas, enquanto que a parte mais afastada passa

de 21 para 35 milhas.

Além dos corredores de tráfego, o decreto-lei cria uma área denominada de "área a evitar" que ocupará a anterior zona de tráfego costeiro das Berlengas para, segundo indicou Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, reforçar "a protecção do meio marinho" da zona.

Com a medida, os navios de comércio com mais de 300 toneladas ficam impedidos de cruzar a área costeira das Berlengas, a menos que tenham autorização do Estado português.

O diploma atribui ainda ao Instituto Português e dos Transportes Marítimos a competência para assegurar "as funções de autoridade de controlo do tráfego marítimo", e caracteriza o ilícito cometido pelos navios que não cumpram o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar.

Segurança no transporte de mercadorias perigosas



O DECRETO-LEI que estabelece o novo Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE) e outras regras referentes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas foram aprovados pelo Conselho de Ministros.

Este diploma tem como objectivo central a actualização da legislação em vigor sobre as condições de segurança do transporte rodoviário de mercadorias consideradas perigosas à luz da mais recente legislação comunitária, transpondo para a ordem jurídica interna duas directivas europeias sobre esta matéria.

Assim, com as alterações introduzidas, passa a existir uma hierarquização da gravidade das infracções por aplicação do novo conceito de

"categoria de risco", com efeitos na aplicação de medidas preventivas e de correcção, sendo também substituída a lista de controlo a ser usada na fiscalização.

Por outro lado, o novo Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE), que constitui um dos anexos ao diploma, procede à integração na quadro jurídico nacional das modificações ditadas pela actualização técnica do Acordo Europeu relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada (ADR), salientando-se as questões relativas à segurança pública, introduzidas na sequência dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001.

Qualificação com mais 1,3 mil milhões de euros

QREN 2007-2013

NO ÂMBITO de uma aposta estratégica determinada na qualificação dos portugueses, o Executivo chefiado por José Sócrates decidiu reforçar esta área com mais dez por cento das verbas do Fundo Social Europeu (FSE) ao aprovar recentemente as orientações financeiras do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) a vigorar entre 2007 e 2013.

Para o ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Rural, Nunes Correia, torna-se evidente assim que "as prioridades de execução do QREN reflectem as prioridades do Governo".

Falando aos jornalistas, Nunes Correia referiu que até ao fim de Outubro, em Conselho de Ministros, será aprovada a versão final do QREN e dos programas operacionais, documentos que serão, a partir de Novembro, discutidos em Bruxelas.

Em termos de prioridades políticas, o governante disse que a "primazia" do QREN foi dada claramente à qualificação dos recursos humanos, assistindo-se, até 2013, a um crescimento na ordem de mais de 1,3 mil milhões de euros do que no quadro comunitário que agora termina.

Segundo o ministro, entre 2007 e 2013, os programas co-financiados pelo FSE na ciência, formação,



educação, coesão social e no emprego passarão de 4,7 mil milhões de euros (Quadro Comunitário de Apoio actual) para seis mil milhões de euros.

Após a vertente da qualificação, Nunes Correia referiu como segunda prioridade o pacote de verbas do QREN destinado a programas de incentivo da competitividade e de crescimento sustentado da nossa economia.

De acordo com os dados que forneceu, até 2013, no âmbito

do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a dotação destinada à promoção da competitividade e do crescimento económico atingirá cinco mil milhões de euros.

Por outro lado, também a região Norte deverá contar com cerca 2,4 mil milhões de euros, o Centro com 1,5 mil milhões de euros, Lisboa com 274 milhões de euros, o Alentejo com 777 milhões de euros e o Algarve com 160 milhões de euros.

No caso do Algarve, o ministro frisou que será ainda transferido um envelope financeiro de 553 milhões de euros, de maneira a evitar uma queda abrupta das trans-

ferências de fundos comunitários para a região, prevenindo-se assim a paralisação de muitos investimentos, facto que causaria "graves prejuízos".

Nunes Correia declarou também que os apoios canalizados para programas de melhoria da qualidade de vida, no âmbito do FEDER, terão uma dotação de 3,4 mil milhões de euros, dos quais 1,4 mil milhões de euros serão aplicados na vertente da valorização territorial. M.R.

Combate à poluição com nova estratégia

AMBIENTE

BAIXAR as emissões de dióxido de carbono é o objectivo central do novo Programa Nacional de Alterações Climáticas (PNAC), um documento estratégico onde estão incluídas propostas importantes como a redução da velocidade nas auto-estradas e a diminuição do número de dias de serviço dos táxis.

O PNAC inclui uma série de medidas e políticas aplicáveis a diversos sectores, como a energia, a indústria ou os transportes, prevenindo o seu impacto nas emissões esperadas em 2010.

Uma delas consiste na redução dos dias de serviço dos táxis para seis por semana. Estima-se que se possa diminuir as emissões em 3.900 toneladas de CO₂, enquanto o aumento da frota destes veículos movidos a gás natural para mais 200 poderá poupar 200 toneladas de emissões.

O Programa Nacional de Alterações Climáticas prevê igualmente que a adopção dos novos Regula-



mento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE) aumentará significativamente, a partir do próximo ano, a eficiência energética das novas construções em 40 por cento.

Ainda em termos de eficiência energética, o Executivo socialista pretende reduzir o consumo em

1020 gigawatts por hora, mediante a implementação de medidas como a introdução de uma taxa sobre as lâmpadas incandescentes, a criação de um programa para a eficiência energética ou redução do uso de fuelóleo nas centrais térmicas.

Nos sectores residencial e de serviços, propõe-se um aumento da carga fiscal sobre o gasóleo de aquecimento, aproximando o seu preço do gasóleo rodoviário. M.R.

Vieira da Silva afirma que proposta do PSD carece de fundamentação

REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

A PROPOSTA do PSD para a reforma da Segurança Social é um conjunto “de ideias que carece de fundamentação”, considerou o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, após uma reunião em sede de concertação social com as confederações sindicais e patronais.

Vieira da Silva afirmou ainda que a proposta do PSD iria gerar um desequilíbrio nas contas da Segurança Social, que se prolongaria “durante décadas”.

Recorde-se que o maior partido da oposição propôs que a reforma da Segurança Social passe pela criação de um sistema misto, em que uma parte dos descontos do trabalhador continuaria a reverter para todos e outra parte seria canalizada para uma conta individual de capitalização.

O ministro Vieira da Silva reiterou que esta proposta iria gerar uma perda de receitas para a Segurança Social, tendo em conta que parte das contribuições dos trabalhadores reverteriam para uma conta individual de capitalização.

Por outro lado, Vieira da Silva adiantou que um acordo sobre a



reforma da Segurança Social está “muito próximo”, afirmando estar convicto de que esta foi uma das últimas reuniões. “Existe um acordo muito amplo entre os parceiros sociais que vai apenas precisar de alguns afinamentos”, disse.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social salientou ainda que a proposta do Governo vai ser discutida com os partidos políticos na Assembleia da Repú-

blica, mas ressaltou que o Governo não vai ceder em matérias que gerem desequilíbrios no sistema de Segurança Social.

Recorde-se que Vieira da Silva disse em Julho, após a apresentação da proposta por parte do PSD, a concretização de tais medidas teria um custo de 64 mil milhões de euros, o que representaria 25 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2030.

Alterada a entrada, permanência e expulsão de estrangeiros

IMIGRAÇÃO

O Governo reforçou a luta contra a imigração ilegal. Não só agravou a moldura penal no caso de auxílio à entrada ilícita de estrangeiros no país, como reviu e reviu-se o regime de coimas aplicáveis aos empregadores de estrangeiros em situação irregular.

PROMOVER uma gestão mais racional e eficiente dos fluxos migratórios são os objectivos centrais do novo regime jurídico de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional.

A proposta de lei aprovada recentemente pelo Governo contém novos mecanismos que vão permitir uma admissão transparente de trabalhadores imigrantes, investigadores e cidadãos de outros países altamente qualificados, excluindo os nacionais do Espaço Económico Europeu (EEE), da Suíça, nacionais de países terceiros que sejam membros da família de cidadãos que beneficiam da liberdade de circulação, bem como de cidadãos portugueses.

No domínio da admissão e residência, visando racionalizar e desburocratizar procedimentos, o Governo decidiu substituir os actuais seis tipos de visto de longa duração por um único tipo de visto, o de autorização de residência, que permite ao seu titular entrar em Portugal para residir e é concedido de acordo com objectivos específicos: exercício de actividade profissional, reagrupamento familiar, estudos, entre outros.

Os estrangeiros que pretendem trabalhar no nosso país serão admitidos legalmente se possuírem contrato de trabalho, forem candidatos a empregos não preenchidos pela preferência nacional ou comunitária, se tiverem qualificações adequadas e apresentem uma manifestação de interesse de entidade patronal interessada.

Outra das novidades do diploma aprovado em Conselho de Ministros prende-se com a criação de um regime jurídico para a imigração meramente temporária, através do visto de estada temporária para o exercício de actividade sazonal

Será ainda criado um regime mais célere de admissão de cientistas e estrangeiros altamente qualificados, que pretendam exercer a sua actividade em Portugal, seja

de forma temporária ou mediante fixação de residência.

Alarga-se também o âmbito de aplicação pessoal do direito ao reagrupamento familiar a estrangeiros que, actualmente se encontram excluídos (titulares de vistos de trabalho e de autorizações de permanência), permitindo igualmente ao imigrante o reagrupamento com o parceiro de facto.

No que diz respeito ao afastamento de estrangeiros do território nacional, destaca-se a consagração legal de limites genéricos à expulsão decorrentes, designadamente, da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), passando a ser in expulsáveis todos aqueles que nasceram e vivem em Portugal, ou aqui vivem desde tenra idade, aqui têm a cargo filhos menores de nacionalidade portuguesa, ou de nacionalidade estrangeira sobre os quais exerçam o poder paternal.

No âmbito da expulsão administrativa e da expulsão judicial, elimina-se a possibilidade de aplicação da prisão preventiva, privilegiando-se a detenção em centros de instalação temporária ou a vigilância electrónica, como medida coerciva de efectivação do afastamento. M.R.

Governo avança com incentivos para as artes

CULTURA

PARA reforçar o sector das artes e, simultaneamente, proceder à desburocratização e desmaterialização dos seus procedimentos, tornando-os mais simples, mais céleres e mais transparentes, o Conselho de Ministros deu luz verde a um novo regime de apoios financeiros públicos para o sector.

O decreto-lei em questão prevê a promoção do acesso público às artes, contribuindo para a elevação da qualidade de vida, da cidadania e da qualificação das populações; o incentivo à criatividade e à inovação artísticas; a consolidação de entidades de criação profissionais com comprovada experiência e competência, a consolidação das entidades de programação de actividades artísticas que asseguram regularmente, ao longo dos anos, festivais, exposições, mostras e outros eventos de reconhecido mérito e projecção nacional e internacional; e a promoção da fixação de entidades de criação e produção artísticas no interior.

Assim, o diploma distingue entre tipos de apoios, de projectos e de entidades beneficiárias, permitindo comparar o que é comparável e

à dinamização do acesso público às artes, como parte integrante da qualidade de vida da qualificação das populações e da cidadania.

Quanto à apresentação e apreciação dos projectos, o novo regulamento introduz mecanismos de celeridade, uma vez que todas as candidaturas passam a ser efectuadas por via electrónica, verificando-se também um reforço dos poderes das comissões de acompanhamento e avaliação, sendo todos os processos tornados públicos através do sítio da Internet do Instituto das Artes.

Desenvolvimento do cinema e audiovisual

O Executivo socialista decidiu igualmente criar um fundo destinado ao fomento e desenvolvimento do cinema e do audiovisual, estabelecendo ao mesmo tempo normas que definem medidas para a protecção das respectivas expressões artísticas.

No que diz respeito ao fundo, o decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros define a sua natureza e forma jurídica, apresentando-o como um património financeiro autónomo sem personalidade jurí-



assegurar critérios de avaliação mais rigorosos.

De igual maneira, introduz novas modalidades de apoio, baseadas em parcerias com as autarquias e enquadra ou cria novos incentivos para a itinerância e para a fixação de agentes culturais no interior, promovendo a descentralização e a correcção de assimetrias regionais e a consolidação e sustentabilidade de uma rede de criação e programação qualificadas.

O novo regime de apoios do Estado às artes visa ainda potenciar a transversalidade da cultura, através da possibilidade de programas de apoio a desenvolver em articulação com outras políticas sectoriais e contempla apoios complementares para a internacionalização, formação em contexto não escolar e publicações.

Paralelamente, faz-se uma aposta clara no incentivo à excelência e à inovação artística e, também,

dica e especifica as condições de constituição e de realização do seu capital.

Ficam clarificados, também por esta via, os mecanismos de cobrança das contribuições que lhe são consignadas nos termos da Lei da Arte Cinematográfica e do Audiovisual.

No plano substancial, o diploma regulamenta, por um lado, um conjunto de programas de apoio e outras medidas e actividades a executar pelo Instituto do Cinema e Audiovisual e Multimédia (ICAM), envolvendo, em alguns casos, outros serviços ou organismos do Ministério da Cultura (Inspecção-Geral das Actividades Culturais e Cinemateca Portuguesa) e, por outro lado, cria e estabelece a natureza, a forma jurídica e os objectivos de um novo instrumento financeiro, isto é, o Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual. M.R.

Fundo Social Municipal e novas competências autárquicas

A ASSEMBLEIA da República vai debruçar-se sobre uma profunda alteração das finanças locais proposta pelo Governo do Partido Socialista.

A proposta de uma nova Lei do Regime Financeiro dos Municípios e das Freguesias comporta, entre várias novidades, a criação de um novo fundo municipal – o Fundo Social Municipal.

A criação deste novo Fundo insere-se num esquema de concepção legal de um quadro financeiro autárquico dinâmico. Isto é, a Lei das Finanças Locais não só tratará de prover as autarquias dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das suas atribuições e competências presentes, como também, logo, de as garantir dos recursos adequados ao exercício de novas atribuições e competências que, futuramente, forem sendo transferidas.

Este conceito é plasmado como princípio geral da nova lei, sob a designação de princípio da coerência (art. 2º). Deve haver coerência, conformidade, harmonia, adequação entre o quadro de atribuições e competências actual e os meios para o seu desempenho e, de igual modo, são logo previstas e legisladas as regras que assegurarão o apropriado financiamento de novas responsabilidades que venham a ser sucessivamente entregues às autarquias locais.

A lei garantirá que a transferência de atribuições e competências é acompanhada dos recursos financeiros e do património adequado ao desempenho da função transferida (art. 52º, nº 3).

Ora, esta dimensão futurista, em matérias sociais, é assegurada, justamente, pelo Fundo Social Municipal (FSM), o qual equivale a uma subvenção cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios.

Nos domínios das funções sociais, a que assim se atribui especial ênfase, os municípios vêm ficar estatuído um quadro legal de financiamento para novas competências, as quais são já apontadas, em especial, no que toca à educação, à saúde e à acção social, sem fechar a porta a outras áreas sociais.

Além deste caso adiantado do Fundo Social Municipal, a nova lei estabelece outras formas de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais que devem obedecer ao princípio da subsidiariedade, ou seja, serão efectuadas para a autarquia (município ou freguesia) que se mostre mais adequada para a exercer.

Serão estabelecidos programas plurianuais de transferências e o seu financiamento constará do Orçamento do Estado e, quando não se trate de competências sociais (já cobertas pelo FSM), darão lugar a correspondentes aumentos do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) destinado aos municípios, ou aumentos do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias).

A proposta de lei não descarta a possibilidade de serem transferidas competências por lei avulsa, se assim se justificar. Porém, tal terá de assumir um carácter transitório e respeitar o princípio da coerência, com o acompanhamento dos recursos necessários ao seu exercício, e, bem assim, posterior integração no programa plurianual de transferências.

Em 2007, como ano de arranque, o FSM corresponderá apenas às competências em matéria de educação actualmente já na responsabilidade dos municípios, alargando-se a partir de 2008.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a transferência de competências para as respectivas autarquias locais e o seu financiamento, obedecerão directamente a esta nova lei da República a qual, porém, admite adaptações regionais, mediante disposições específicas a estabelecer em decretos legislativos das assembleias regionais respectivas, os quais, designadamente, poderão ajustar o montante e critérios de repartição do Fundo Social Municipal.

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado na AR

Os municípios vêm ficar estatuído um quadro legal de financiamento para novas competências, as quais são já apontadas, em especial, no que toca à educação, à saúde e à acção social, sem fechar a porta a outras áreas sociais

Semana da Juventude em Reguengos de Monsaraz

A CÂMARA de Reguengos de Monsaraz organiza de 11 a 17 de Setembro a Semana da Juventude, que tem como ponto alto o lançamento do “Cartão Jovem Municipal Menos 26”, que possibilita a todos os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos “descontos surpreendentes” em alguns estabelecimentos do concelho, bem como em muitos dos serviços municipais.

Entre as iniciativas programadas destaque para um concurso de karaoke, uma discoteca ao ar livre, concertos de bandas de garagem e um espectáculo com o cantor Toy, que terão como palco o Parque de Feiras e Exposições, e uma simulação da actividade municipal autárquica, intitulada “Se eu fosse



presidente por um dia...”, realizada por jovens do concelho.

O programa inclui ainda sessões de cinema, passeios de barco, pe-

destres e de cicloturismo, actividades nas piscinas e um workshop subordinado ao tema “O associativismo juvenil”. J. C. C. B.

Maior eficácia na protecção civil

VIVEMOS tempos algo complexos para a segurança colectiva em várias áreas, que vão desde a ameaça do terrorismo internacional até às catástrofes e calamidades naturais. Obviamente, a questão do terrorismo está claramente fora do âmbito que queremos tratar. Debrucemo-nos, então, um pouco mais sobre as catástrofes e calamidades naturais (no nosso caso incide especialmente sobre os incêndios) e o papel do Governo e das autarquias.

Pela primeira vez, um Governo deu passos fundamentais para uma maior eficácia ao sistema de prevenção, planeamento e socorro, os três ângulos da protecção civil. Não se limitou a legislar ou a criar comissões. Legislou e levou à prática. E os resultados não ficaram pelo papel, viram-se no terreno.

O papel das autarquias tem o seu enfoque, sobretudo na prevenção e na articulação com os corpos de bombeiros, peça fundamental numa engrenagem que se quer bem oleada.

Bombeiros bem organizados e equipados são, na maioria dos casos, impotentes perante a força das chamas, daí que a prevenção assuma o lugar de destaque.

Às autarquias incumbe a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Torres Vedras empenhou-se a fundo, dentro das suas limitações financeiras, em implementar o seu Plano, em estreita colaboração com os bombeiros voluntários. Em 2006, foram abertos e arranjados mais de 50 km de caminhos florestais em zonas consideradas de risco pelos bombeiros locais e colocada mais de uma dezena de marcos de incêndio nessas mesmas zonas, no sentido de se evitar perda de tempo na deslocação das viaturas dos bombeiros para abastecimento de água.

Paralelamente, e sempre em colaboração com os bombeiros, há largos meses que é feita uma campanha sistemática de sensibilização para a limpeza e protecção das áreas florestais, complementando pedagogicamente a legislação que o Governo aprovou sobre a matéria. E porque “à mulher de César não basta ser séria, é preciso parecê-la”,

temos vindo a desenvolver, no âmbito de Programas Ocupacionais, a limpeza da área florestal, propriedade da autarquia, pretendendo, com isso, constituir exemplo para os particulares.

Também está implementado um sistema de videovigilância incluído num projecto desenvolvido pela Associação de Municípios do Oeste, mais uma vez, de acordo com as indicações de quem tem a experiência no terreno, os bombeiros.

O êxito ou o fracasso deste combate assenta, essencialmente, no planeamento e eficácia destas medidas preventivas e na rapidez e coordenação do socorro quando não é possível evitar o incêndio. As medidas governamentais revelaram-se eficazes, o que se traduziu numa diminuição sensível da área ardida em 2006. Por outro lado, é fundamental que aos nossos bombeiros não seja apenas reconhecido o seu espírito de sacrifício mas também que lhes demos os meios de que necessitam, bem como tê-los como parceiros charneira no planeamento das medidas.

Torres Vedras é um concelho com 400 km², em que a floresta ocupa 9000 hectares. Não tem sido excessivamente flagelado pelos incêndios, as estatísticas valem o que valem mas, a verdade é que em 2006, a área ardida foi apenas de 20 hectares, contra os 120 do ano anterior, um rácio ligeiramente melhor que a média nacional, talvez (especulativamente) em consequência das medidas preventivas aqui tomadas.

Procuramos, em Torres Vedras, encarar a Protecção Civil como mais um lado desta figura geométrica de muitas faces que dá pelo nome de qualidade de vida dos cidadãos. O nosso objectivo é que os cidadãos sintam que os seus bens não serão postos em perigo por incúria ou desinteresse de quem tem por obrigação defendê-los. Prevenção, sensibilização e punição dos prevaricadores

são palavras de ordem que deverão estar sempre no nosso espírito. Este desiderato tem orientado a acção da autarquia nesta área e, se estamos satisfeitos com os resultados no presente, reconhecemos que muito ainda haverá a fazer no futuro.

OPINIÃO



CARLOS MANUEL SOARES MIGUEL
Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

Os municípios vêm ficar estatuído um quadro legal de financiamento para novas competências, as quais são já apontadas, em especial, no que toca à educação, à saúde e à acção social, sem fechar a porta a outras áreas sociais

Estratégia eficaz permitiu reduzir tempo de combate aos incêndios

“A PRIMEIRA intervenção e o ataque ampliado têm contribuído para reduzir o tempo de combate aos incêndios florestais”, afirmou o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões.

Falando no final de uma reunião com o Serviço Nacional de Protecção Civil (SNBC), onde esteve presente a Comissão Parlamentar Eventual de Acompanhamento dos Fogos Florestais, Ascenso Simões sublinhou que a estratégia de combate aos incêndios florestais permitiu reduzir o tempo de combate aos fogos florestais.

O comandante operacional do SNBPC, Gil Martins, divulgou por seu lado que o número de missões dos meios aéreos desde Janeiro até 31 de Agosto foi idêntico ao do ano passado, mas que o número de horas de intervenção desceu para menos de metade.

Em 2006, os meios aéreos estiveram empenhados em 3908 missões, onde gastaram 3470 horas, contra 4551 missões no ano passado, onde estiveram 8020 horas.

Para Gil Martins, estes resultados revelam que “a capacidade de resposta e de resolução do problema é maior”.

Um relatório da Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) divulgado no passado dia 5 revela que



os incêndios florestais consumiram desde Janeiro 57.994 hectares, um número muito inferior aos 300 mil hectares consumidos em período homólogo de 2005.

O secretário de Estado Ascenso Simões afirmou que a diminuição da área ardida é “um motivo de alegria”, mas frisou que ainda não é tempo de “fazer análises e balanços”.

Segundo o mesmo responsável, “os fogachos representam mais ou menos a média dos últimos anos, mas a sua transformação em incêndios é muito menor do que se verificou nos últimos anos”, acrescentou.

O governante referiu que, apesar do menor número de área ardida, o

problema dos incêndios florestais não está resolvido.

“Vamos ter de resolver o problema dos incêndios florestais nos próximos anos. O que temos de fazer é continuar a trabalhar como temos vindo a fazer até agora”, salientou.

Ascenso Simões não deixou, no entanto, de criticar o tempo que as televisões dedicam aos incêndios florestais.

“Temos menos área ardida, mas continuamos a ter o mesmo tempo de televisão. Ou seja, continuamos a ter mais incêndios florestais na televisão, do que propriamente a área ardida e esse é um problema muito importante”, sustentou.

Florestas são uma riqueza nacional

PORTUGAL dispõe, atendendo à sua dimensão territorial, de uma das mais significativas e importantes manchas florestais de toda a Europa.

A constante devastação de que tem sido alvo, sobretudo nos últimos três anos como resultado dos inúmeros fogos florestais, obrigou o Governo a tomar um conjunto de iniciativas cujos resultados são hoje classificados como globalmente positivos por quase todos os observadores e estudiosos destas questões.

Até ao presente mês de Setembro os números registam uma assinalável descida das áreas ardidas, cenário que só foi possível observar graças a um conjunto de políticas desenvolvidas pelo Executivo, e isto apesar de o país ter registado em Julho e Agosto temperaturas das mais elevadas da última década.

Consciente da importância que a floresta representa para a economia portuguesa e para o conjunto das nossas exportações, o Governo aprovou um documento, a que chamou Estratégia Nacional para as Florestas, onde reconhece que este sector estratégico representa uma prioridade nacional e assume-se como uma alternativa promissora para aumentar a competitividade e a criação de empregos produtivos.

A floresta apresenta já, recorde-se,

uma produção económica anual avaliada em 1,2 mil milhões de euros, considerando os produtos tradicionais, como a madeira, a cortiça e a resina, bem como os frutos, plantas aromáticas, silvopastorícia, caça, recreio e paisagem, constituindo ainda um importante factor de protecção do solo e dos recursos hídricos, biodiversidade e outros valores ambientais como o sequestro do carbono.

A Estratégia Nacional para as Florestas, agora aprovada pelo Executivo, insere-se na Estratégia Florestal da União Europeia, e constitui um elemento de referência das orientações e planos de acção públicos e privados para o desenvolvimento do sector nas próximas décadas, suportado numa matriz estruturante do valor das florestas, que se pretende maximizar através de seis linhas de acção estratégicas que, no curto prazo, tendem a minimizar os riscos de incêndio e dos agentes bióticos e, no médio prazo, assegurar a competitividade do sector.

Das seis linhas de orientação, este documento destaca a minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos, através da defesa da floresta contra os incêndios, a protecção contra agentes bióticos nocivos e a reabilitação de ecossistemas afectados.

Por outro lado, encara-se neste

documento a necessidade de se especializar o território, melhorando a produtividade através de uma gestão florestal sustentável, reduzindo assim os riscos e aumentando o valor dos produtos.

Também a certificação florestal é vista pela primeira vez como um factor decisivo como forma de se aumentar o valor dos produtos e melhorar a eficiência e competitividade do sector.

Outras normas estabelecidas neste documento sobre a Estratégia Nacional para as Florestas, referem-se à informação sobre o sector, ao cadastro florestal, à organização do sector, à qualificação dos agentes do sector, à aplicação do conhecimento científico, aos instrumentos orgânicos, legais e ao planeamento, assim como aos instrumentos financeiros de apoio à competitividade.

A adopção de uma estratégia para este sector reveste-se pois, na perspectiva do Governo, de particular importância, como instrumento orientador da tomada de decisões de índole estratégica para a área florestal e como documento enquadrador da utilização dos recursos do Fundo Florestal Permanente e das medidas de apoio à floresta no âmbito do próximo período de programação que decorrerá entre 2007 a 2013. **R.S.A.**

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Relator da Comissão
Eventual de Fogos Florestais

O relatório da Direcção-Geral dos Recursos Florestais contabilizou até 31 de Agosto 58 mil hectares de área ardida, valor que corresponde a um quinto dos 300 mil hectares registados em igual período do ano passado

Fogos de Verão: medidas do Governo no caminho certo

FINDO o mês de Agosto é tempo de deixar algumas palavras sobre as medidas do Governo e os danos que os incêndios florestais entretanto causaram ao país.

Tal como esperávamos, os incêndios florestais regressaram aos noticiários e às páginas dos jornais, mas este ano com muito menos impacto comparativamente aos anos recentes, mesmo perante condições meteorológicas propícias à ocorrência de grandes incêndios florestais.

O relatório da Direcção-Geral dos Recursos Florestais contabilizou até 31 de Agosto 58 mil ha de área ardida, valor que corresponde a um quinto dos 300 mil ha registados em igual período do ano passado. Este valor indicia que este ano a área ardida deverá estar abaixo do objectivo definido no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que é de 100 mil hectares.

Os resultados obtidos até agora são, em muito, determinados pelas medidas tomadas pelo Governo, em momento oportuno.

Desde logo foi muito útil a definição de competências inscrita no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no âmbito do qual é atribuída à Direcção-Geral dos Recursos Florestais a coordenação da prevenção estrutural, à Guarda Nacional Republicana a coordenação da vigilância, detecção e fiscalização e ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, o combate aos incêndios florestais.

No domínio operacional, foram tomadas pelo Governo uma série de decisões com vista ao aumento da capacidade de resposta aos incêndios florestais. Destacam-se a recuperação da capacidade de comando ao nível das estruturas nacional e distritais do SNBPC, a consagração da articulação entre as várias entidades no quadro do Dispositivo Integrado de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com a implementação de um comando único operacional, a aposta na vigilância e detecção e o reforço da capacidade de primeira intervenção e de ataque inicial com vista a uma acção rápida em fogos nascentes.

Os meios aéreos foram um outro domínio operacional em que o Governo demonstrou uma boa capacidade de gestão. Pela primeira vez em muitos anos, este dossiê delicado foi tratado de forma célere e transparente.

Contudo, o caminho da mitigação dos incêndios florestais em Portugal é longo.

A Comissão Eventual para os Fogos Florestais, da Assembleia da República apresentou um relatório, que procurou incorporar todos os contributos, ser tecnicamente sustentado e fazer uma leitura dinâmica do problema dos incêndios florestais. Este documento foi aprovado com os votos de todos os partidos políticos, com excepção do PCP, que se absteve.

Neste relatório é apresentado um conjunto de recomendações, de âmbito geral e também com cariz operacional nos domínios do Dispositivo Integrado de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do Ordenamento e Gestão Florestal, do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Financiamento e Fiscalidade. Desse conjunto de recomendações resulta a preocupação de uma melhor coordenação e uma maior estabilidade na execução das políticas e mais capacitação e melhor organização operacional. A necessidade de um comando político único para a coordenação da prevenção e do combate aos fogos florestais e uma intervenção de carácter estrutural na floresta portuguesa surgiram, desde logo, como as recomendações mais prementes para a acção governativa neste domínio.

Pese embora o grande empenho do Governo e da Assembleia da República na resolução do problema dos incêndios florestais em Portugal, é nos cidadãos que reside o papel mais importante para a solução, quer por via da gestão activa da floresta, quer pela adopção dos comportamentos adequados ao usufruir dos espaços florestais.

Forças Armadas portuguesas no Líbano

AS FORÇAS Armadas portuguesas têm vindo a ser solicitadas a participar em várias missões internacionais de apoio à paz.

Encontram-se em vários teatros de operações como sejam o Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Afeganistão, RD do Congo, Iraque, Timor-Leste, Burundi, Croácia, Sudão. A participação com mais significado, do ponto de vista dos efectivos empenhados, continua a ser no Kosovo, na Bósnia-Herzegovina e no Afeganistão, perfazendo um total que ronda mais de 750 militares. O empenhamento em operações de paz, nos últimos seis meses, tem sido cerca de 720 militares e este tem sido o número, com pequenas variações, que Portugal tem disponibilizado como sendo o seu contributo, a este nível, para as operações de paz.

Agora as nossas Forças Armadas preparam-se para mais uma missão, desta vez no Líbano, com uma companhia de engenharia de construções e um efectivo que ronda os 140 homens. Esta missão tem características particulares a saber: é a primeira vez que a União Europeia se envolve, militarmente, na região do Médio Oriente e isto representa um novo “espírito europeu” no relacionamento da UE com aquela região implicando uma acrescida responsabilidade política e estratégica e cuja importância não é de mais sublinhar. Para quem defende o multilateralismo, e reconhece que não tem sido positiva a ausência da UE, não pode deixar de considerar que é muito importante esta participação e da qual Portugal não podia estar ausente.

A nossa participação justifica-se, desde logo, por uma questão de princípio que é o de contribuir para pôr fim a uma situação de guerra, mas também por razões de solidariedade internacional e de interesse nacional, considerando que o que se passa nesta região é muito importante para a Europa e, neste quadro (e há outros!), também para Portugal.

A Resolução das Nações Unidas n.º 1701, que enquadra a missão no Líbano, é, reconhecidamente, em muitos aspectos ambígua. Ela é o resultado, como é óbvio, de compromissos políticos mas pode representar mais um passo no desanuviamento das relações transatlânticas que são fundamentais (embora possam não ser suficientes) para o êxito de qualquer missão nesta região. Mas de uma coisa não há dúvida: para a solução do problema na região é melhor participar do que estar ausente. Nós, portugueses, temos pois a responsabilidade de ajudar à resolução de um problema que reconhecemos difícil mas, talvez por isso, não nos possamos dispensar de dar o nosso contributo.

Gostaria de chamar a atenção que apesar desta força ter na sua composição uma significativa participação de efectivos de países europeus, incluindo o comando da força, que é alternadamente francês e italiano, isto não a torna uma força da União Europeia.

É uma força das Nações Unidas a cumprir uma missão que estas definiram e constituída por países membros da UE e por países que o não são.

De facto, a UNIFIL, apesar de ter uma “chancela” da União Europeia, esta, não é autónoma na definição de todos os seus parâmetros, o que exige um forte empenhamento por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança e o accionamento de todos os mecanismos multilaterais, uma vez que há países que não são da União Europeia e que fazem parte da força, e outros que não fazendo parte da força têm, ou interesses específicos na região, ou são da própria região. É, pois, também mais um teste à própria diplomacia. E desta vez particularmente exigente!

Mas para além das dificuldades intrínsecas a esta missão, relacionadas com o conflito Israelo-palestiniano, há que reconhecer que esta região assumiu nos últimos anos um potencial de conflito que pode ameaçar a paz mundial e, por isso, requer de todos os actores um forte sentido de responsabilidade assumindo que, ao fim de tantos anos e independentemente de considerações históricas e culturais que não podem ser ignoradas, ninguém tem o exclusivo da responsabilidade e ninguém está isento de culpa!

Esta missão é muito sensível e implica riscos que convém não desprezar exigindo que a comunidade internacional a tenha permanentemente em “agenda”, que a diplomacia intervenha constantemente em toda a região sobre os mais variados aspectos, que a acção militar seja permanentemente monitorizada, que todos os actores políticos se empenhem verdadeiramente, incluindo, naturalmente, os EUA e a Rússia, no encontro de uma solução, sendo certo que esta é condição necessária, embora não seja suficiente, para a resolução de muitos outros problemas em muitas outras regiões do mundo.

Pela nossa parte tudo faremos para o êxito da missão das Nações Unidas no Líbano.

A utilização das Forças Armadas portuguesas, à semelhança do que tem acontecido em todos os outros teatros de operações, garantia de isenção, de competência e de dignificação do Estado português.



MARQUES JÚNIOR
Deputado na AR

A nossa participação justifica-se, desde logo, por uma questão de princípio que é o de contribuir para pôr fim a uma situação de guerra, mas também por razões de solidariedade internacional e de interesse nacional

A propósito do Congresso do PS

A ECONOMIA portuguesa tem apresentado recentemente bons sinais conjunturais. Desde o crescimento do PIB – positivo, muito embora ainda insuficiente mas invertendo uma tendência perdedora de vários trimestres – até aos indicadores do sentimento económico e de confiança dos consumidores e dos sectores económicos, passando pela revisão do crescimento em alta tanto do Banco de Portugal como das instituições comunitárias (e, em breve, espera-se, também uma revisão em alta da própria previsão do governo português), tudo aponta para um quadro económico mais favorável. Os indicadores “avançado” e “coincidente” sobre a actividade económica, da OCDE e do Banco de Portugal, dão sinais que vão no mesmo sentido. Também o comportamento das exportações revela um desempenho positivo das empresas portuguesas que permite antever uma atenuação do muito grave défice externo, fruto de “handicaps” competitivos muito sérios. A estabilização ou ligeira descida do desemprego também é um resultado favorável – sem deixar de reconhecer que a descida sustentada do desemprego apenas ocorrerá quando o crescimento económico assumir valores mais significativos. Falta ainda, para um quadro económico mais positivo, a retoma do investimento privado – o qual persiste trimestre após trimestre em terreno negativo.

Nestas circunstâncias mais favoráveis importa dar com firmeza os passos necessários na política económica no sentido de reforçar as conjunturas favoráveis como também de induzir as alterações necessárias – em particular induzir os ajustamentos estruturais que determinam os níveis de produtividade e competitividade sustentáveis da actividade económica e, consequentemente, determinam no longo prazo os níveis sustentados de bem-estar dos portugueses.

Há diversas políticas públicas com a “marca socialista” a que o nosso Governo deve recorrer. Referirei algumas destas escolhas estratégicas e das políticas públicas disponíveis.

Começo pela questão da confiança e do investimento – ou, melhor, da confiança que estimula o investimento. Gerar confiança e disseminá-la é decisivo. Parece assim indispensável, depois de garantidos investimentos estruturantes de grande dimensão, nacionais e estrangeiros, gerar no tecido de PME portuguesas a propensão para investir que alargue a todo o tecido económico os processos de riqueza e de criação de emprego. Que amplie os efeitos do crescimento. Que lhes dê uma natureza sustentada. Confiança e mobilização generalizada são as chaves para esta atitude das PME portuguesas. O nosso Governo pode ter um papel de importância decisiva.

Esta questão da mobilização e da confiança leva-me à questão seguinte quanto à orientação das políticas públicas. Trata-se da preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional / QREN, para o período 2007/2013. Neste contexto, três opções estratégicas são indispensáveis para a política do Governo do Partido Socialista: relançar uma política industrial e tecnológica vigorosa e afirmar uma clara opção pela competitividade económica; apostar numa dimensão territorial das políticas públicas e, em particular, em clusters; lançar um exercício participado de prospectiva económica, tecnológica e societal.

No passado recente Portugal utilizou sempre os recursos financeiros comunitários segundo escolhas de natureza generalista ou de “banda larga”. Desta vez exige-se: escolhas estratégicas bem determinadas; focalização da acção e prioridades claras; persistência e permanência das políticas públicas e não políticas erráticas. A opção firme pela competitividade é inultrapassável e o relançamento de uma política industrial e tecnológica visando a modernização das actividades expostas à concorrência global, intensivas em conhecimento e com maior capacidade exportadora e inovadora – como são as actividades industriais e os serviços avançados de alto valor acrescentado – revela-se absolutamente crítica.

Os clusters de base territorial são hoje uma aposta forte de vários países que descobrem naqueles capacidades de gerar conhecimento, inovação, cooperação, upgrade competitivo tanto de empresas como de territórios. A ideia está testada e consiste na constatação de que “actividades interligadas regionalmente concentradas criam sinergias, aumentam a produtividade e geram vantagens económicas”. É um terreno em que um Estado moderno encontra ampla margem de intervenção na base da sua função reguladora, administrando externalidades como fornecendo bens públicos, actuando ao nível das infra-estruturas como das envolventes empresariais e, consequentemente, apoiando os indispensáveis acréscimos de produtividade do sector empresarial. É também um terreno de importante mobilização dos actores locais do desenvolvimento – tanto empresas como instituições e competências portadoras de ‘know-how’ local, decisivas para gerar e disseminar processos de desenvolvimento e integrar os territórios na competição global. São diversos os exemplos bem sucedidos na Europa pelo que um ‘benchmarking’ activo dará boas pistas de acção.

Finalmente, a prospectiva. É obrigatório que o nosso Governo deixe uma ‘marca’ neste terreno em que Portugal tem passado ao lado da história. Ao contrário de outros países modernos e avançados não existe em Portugal uma reflexão sólida sobre o longo prazo. Ora a prospectiva coloca os agentes económicos e institucionais numa antecipação conjunta do futuro e leva-os a tomar as acções que visam assegurar a todos um lugar nesse futuro. Este exercício além de útil tem as características decisivas de ser: “participado” gerando visões partilhadas e com forte mobilização e disseminação de resultados; “aberto” no sentido de não estar em questão predizer um futuro determinado mas sim de explorar evoluções possíveis; “orientado para a acção” porque não se limita a contemplar futuros possíveis mas sim mobilizar os agentes para a acção determinando, desta forma, caminhos potenciais. Para quem tem da política e do Estado um sentido estratégico, como nós socialistas, reflectir sobre o futuro é ajudar a determiná-lo. É “amarrar” as políticas e escolhas de hoje a tendências firmes e a objectivos sólidos. É ajudar a fixar desígnios mobilizadores.

Sendo apostas estratégicas e operacionais fortemente ligadas e coerentes – política industrial e tecnológica/clusters/prospectiva potenciados pelo instrumento QREN – estou convicto que abrem caminhos que mobilizam e que podem reforçar as tendências estruturais mais positivas e sólidas na sociedade portuguesa. Estes caminhos seguem uma mesma linha condutora: confiança, parcerias, mobilização, visão estratégica, futuro, modernização, progresso económico e social.

Em tempo de preparação do nosso congresso, é o tempo de abrir esta reflexão e, pela acção política e governativa, reforçar os caminhos que nos são próprios e que melhor servem Portugal.



MAXIMIANO MARTINS
Deputado na AR

É obrigatório que o nosso Governo deixe uma ‘marca’ neste terreno em que Portugal tem passado ao lado da história. Ao contrário de outros países modernos e avançados não existe em Portugal uma reflexão sólida sobre o longo prazo

Universidade de Outono na Golegã

SUBORDINADA ao tema “Reformismo e Sustentabilidade do Modelo Social”, a iniciativa Universidade de Outono do PS/Santarém vai realizar-se a 29 e 30 de Setembro, no Equuspolis da Golegã.

Este evento visa a “formação política dos militantes, nomeadamente dos jovens quadros do partido e dos eleitos pelo PS para as estruturas do poder local, no âmbito do distrito”.

A Universidade de Outono contará com a participação de um vasto e altamente qualificado leque de oradores, entre os quais estará o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, que presidirá à sessão de abertura, no dia 29, pelas 20 horas.

Também o titular da pasta dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, participará no evento,



presidindo à sessão de encerramento, no dia seguinte, à mesma hora. Do programa desta iniciativa

constam blocos temáticos, num total de 15 horas de formação (ver caixa). M.R.

PROGRAMA DO 1º DIA

■ ABERTURA

Vieira da Silva (ministro do Trabalho e da Solidariedade)

■ “A Reforma do Estado e a Sustentabilidade do Modelo Social”

António Gameiro (deputado)

Vieira da Silva (ministro do Trabalho e da Solidariedade)

PROGRAMA DO 2º DIA

■ “A Sustentabilidade e a Reforma da Segurança Social”

Francisco Madelino (presidente do IEFPP)

■ “Pessoas com Deficiência – Vencer a Diferença”

Idália Moniz (secretária de Estado da Reabilitação Social)

■ “Economias, QREN e o Futuro do Modelo Social”

Augusto Mateus (economista)

■ “A Estratégia de Desenvolvimento Regional”

Jorge Lacão (secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros)

■ “As Empresas e o Crescimento Hoje!”

José Eduardo Carvalho (presidente do Nersant)

■ “PROTLVT e a Reforma dos Instrumentos de Planeamento ■ Território”

Nelson Carvalho (presidente da Câmara Municipal de Abrantes)

■ “A Reforma do Sistema de Ensino e a Qualificação para o Empreendedorismo”

Maria de Lurdes Asseiro (presidente do Instituto Politécnico de Santarém)

■ “A Reforma da Justiça”

José Conde Rodrigues (secretário de Estado da Justiça)

■ “Os Novos Desafios do Desenvolvimento Regional no Ribatejo”

Paulo Fonseca (governador civil de Santarém)

■ ENCERRAMENTO

António Rodrigues (presidente da Federação do PS de Santarém)

Augusto Santos Silva (ministro dos Assuntos Parlamentares).

PS de Leiria organiza “Encontros de Setembro”

A FEDERAÇÃO Distrital do Partido Socialista de Leiria vai realizar nos próximos dias 16 de Setembro e 1 de Outubro, em S. Pedro de Moel, dois encontros que pretendem debater o impacto de algumas das medidas governativas no distrito de Leiria.

Os “Encontros de Setembro”, assim são denominados estes fóruns, pretendem como refere João Paulo Pedrosa, presidente da Federação Socialista de Leiria, analisar com as forças económicas, políticas e sociais o impacto de algumas políticas governativas na região.

Um lote muito vasto e diversificado de participantes e de intervenções estão a dar, desde já, uma relevância significativa a estes fóruns que o PS/Leiria realiza pela primeira vez.

A possibilidade de se debaterem de forma pública e aberta temas relacionados com a escola, as novas políticas de saúde, a nova lei eleitoral para as autarquias locais e para a Assembleia da República, a organização da administração do Estado, políticas de desenvolvimento rural, a interrupção voluntária da gravidez, o ano internacional da igualdade, que se comemora já em 2007, a importância do hospital de S. André para o distrito de Leiria, o reforço da rede de equipamentos sociais ou as novas fronteiras de organização familiares, entre outros assuntos, justifica a enorme expectativa com que estes encontros estão a ser encarados, cenário que se traduz quer pelo elevado número de participantes já inscritos, quer pela qualidade dos oradores anunciados.

Os encontros, que se realizam em dois dias diferentes, a 16 de Setembro e a 1 de Outubro, tendo por cenário o Hotel Marisol em S. Pedro de Moel, serão subordinados, respectivamente, a dois temas principais: “Reformas no Estado – Os desafios para o Distrito de Leiria”, e “Reformas na Sociedade – Desafios de Cidadania”.

Dos muitos oradores inscritos

para o primeiro encontro, destaque para as intervenções da deputada e membro da Comissão de Educação, Odete João, que falará sobre “Uma Escola a Tempo Inteiro: Igualdade de Oportunidades”, para a participação do professor Fernando Regateiro, presidente da ARS do Centro, que abordará as “Novas Políticas de Saúde”, para a intervenção do deputado Osvaldo Castro, presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, que falará sobre a “Nova Lei Eleitoral para as Autarquias Locais e Assembleia da República”, para a intervenção do governador civil de Leiria, José Miguel Medeiros, que intervirá sobre a “Organização da Administração do Estado nas NUTS II: Constrangimentos e Potencialidades”, José Canha, presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural, que se debruçará sobre “Políticas de Desenvolvimento Rural, perspectivas para o distrito de Leiria”, sendo esta primeira sessão encerrada pelo primeiro deputado eleito pelo círculo eleitoral de Leiria do PS e ministro da Justiça, Alberto Costa.

No fórum agendado para 1 de Outubro, as intervenções estarão a cargo do presidente da Federação, João Paulo Pedrosa, que abrirá a sessão de trabalhos e contará com temas como a “Interrupção Voluntária da Gravidez: o debate antes do referendo”, a cargo de Ana Elisa, presidente do Departamento Federativo da Mulheres Socialistas, o “Reforço da Rede de Equipamentos Sociais: um esforço de solidariedade entre gerações”, que terá como conferencista Fernando Gonçalves, director do Centro Distrital de Segurança Social, “Novas Formas de Organização Familiar: iniciativas legislativas da JS”, intervenção que está a cargo de João Coelho, membro da Federação Distrital da Juventude Socialista. Este segundo dia de debates será igualmente encerrado por Alberto Costa, ministro da Justiça e primeiro deputado do PS pelo distrito. R.S.A.

Criada Secção de Turismo do PS

OS ÓRGÃOS dirigentes da recém-criada secção temática de Turismo do PS tomaram posse numa sessão que contou com a presença do secretário nacional para a Organização, Marcos Perestrello.

Na sessão, realizada na FAUL, Marcos Perestrello, depois de enaltecer o trabalho desenvolvido pelos camaradas que estiveram na génese desta nova estrutura, salientou o papel fundamental das secções temáticas, enquanto “espaços privilegiados de reflexão séria sobre os problemas do sector e de análise das estratégias desenvolvidas pelo PS”.

Por sua vez, a secretária-coordenadora desta nova estrutura, Joana Neves, referiu que a constituição da Secção “é o início de um percurso de muito trabalho, rigor e responsabilidade, visando contribuir para uma discussão aprofundada sobre a temática do turismo”.

Já o presidente da Mesa da Assembleia Geral da Secção, o deputado Maximiano Martins,



sublinhou que “o PS só pode ganhar em abrir-se à reflexão e ter organização”, acrescentando que estes aspectos “ganham maior importância quando se está no poder”.

A camarada Custódia Fernandes, membro do Secretariado da FAUL, em nome do presidente desta estrutura, Joaquim Raposo, deu os parabéns aos dirigentes desta nova secção temática, que considerou “uma mais valia” para o partido, prometendo desenvolver todos os seus esforços para que “haja cada vez mais secções de acção sectorial e temáticas, fundamentais no sentido de se obter informações credíveis sobre os sectores”.

O Secretariado da Secção que agora tomou posse é composto pelos camaradas Joana Neves (coordenadora), André Magrinho, Paulo Neves, João Neves e David Martins, enquanto a Mesa da Assembleia Geral é constituída por Maximiano Martins (presidente), António Carneiro e Ceia da Silva. J. C. C. B.

Dados conjuntura

A ECONOMIA portuguesa continua a crescer a um bom ritmo. No segundo trimestre deste ano cresceu, em termos homólogos e em cadeia, 0,9 por cento, ao nível da média da União Europeia e três vezes mais que no primeiro trimestre deste ano. Este crescimento em cadeia é o mais elevado desde o segundo trimestre de 2005 e está a ser sustentado por uma base bastante saudável, pois é impulsionado sobretudo pelas exportações que cresceram 7,6 por cento em termos homólogos.

Após ter subido 48 meses consecutivos, o desemprego continua a baixar pelo quinto mês. Em Julho o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego foi de 436.901, ou seja menos 23.500 (5,1 por cento) desempregados que há um ano atrás.

No segundo trimestre deste ano, a taxa de desemprego atingiu 7,3 por cento: menos 5,2 por cento que no trimestre precedente e mais 1,4 por cento que no mesmo trimestre de 2005.

Os indicadores avançados da actividade económica apontam também para a continuação de uma recuperação da economia. O indicador coincidente do Banco de Portugal subiu em Julho, pelo sétimo mês consecutivo, com uma variação homóloga de 0,6 por cento. O indicador de clima económico do INE abandonou um Junho o terreno negativo, registando em Agosto o melhor valor dos últimos dois anos. Os empresários portugueses mostram-se assim mais confiantes. Também o indicador avançado compósito da OCDE melhorou em Junho pelo 11º mês consecutivo atingindo o valor mais elevado desde Março de 2001.

A confiança dos consumidores melhorou em Agosto apresentando-se no melhor nível dos últimos 14 meses.

